

WORKING PAPER

O Bairro e o Desenvolvimento Integral na Primeira Infância

COMITÊ CIENTÍFICO
NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA

ESTUDO

6

ESTE DOCUMENTO

FOI PREPARADO POR PESQUISADORES BRASILEIROS DE DIVERSAS ÁREAS DO CONHECIMENTO, MEMBROS DO COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA (NCPI). TRATA-SE DO **SEXTO ESTUDO** DE UMA SÉRIE QUE ABORDA TEMAS RELEVANTES PARA O DESENVOLVIMENTO NA PRIMEIRA INFÂNCIA.

O NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA (NCPI) é uma iniciativa colaborativa que produz, traduz e dissemina conhecimento científico sobre o desenvolvimento na primeira infância, com o intuito de fortalecer e qualificar programas e políticas públicas que impactem positivamente crianças brasileiras em situação de vulnerabilidade social.

O NCPI é composto por sete organizações: Fundação Bernard van Leer, Center on the Developing Child e David Rockefeller Center for Latin American Studies, ambos da Universidade de Harvard, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Insper, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e Porticus América Latina.

O NCPI atua por meio de seis iniciativas principais. São elas:

COMITÊ CIENTÍFICO, o responsável por esta publicação. Esse organismo colaborativo multidisciplinar de pesquisadores visa levar o conhecimento científico sobre o desenvolvimento na primeira infância para tomadores de decisão em geral. Comprometido com uma abordagem fundamentada em evidências, o Comitê pretende construir uma base de conhecimento para a sociedade, que transcenda divisões partidárias e reconheça a responsabilidade compartilhada da família, da comunidade, da iniciativa privada, da sociedade civil e do governo na promoção do bem-estar das crianças de 0 a 6 anos.

ILAB PRIMEIRA INFÂNCIA, um laboratório de inovação social para criar e testar soluções capazes de transformar a vida de crianças em situação de vulnerabilidade. Apóia o desenvolvimento de soluções embasadas pela ciência e com potencial de serem aplicadas em escala.

CURSO ON-LINE “CIÊNCIA E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA”: a formação apresenta componentes e metodologias para que os participantes sejam capazes de aprimorar, em seus territórios e esferas de atuação, a implementação de políticas públicas pautadas em evidências e com foco no desenvolvimento saudável da primeira infância.

PROGRAMA DE LIDERANÇA EXECUTIVA EM DESENVOLVIMENTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA, uma formação que busca sensibilizar, capacitar e mobilizar os formuladores de políticas públicas, gestores públicos e líderes da sociedade para atuarem pelo pleno desenvolvimento da primeira infância.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA, um evento que reúne palestrantes brasileiros e internacionais para discutir assuntos e práticas prioritárias para o desenvolvimento de políticas e programas voltados para o desenvolvimento das crianças até os 6 anos.

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA APLICADA À PRIMEIRA INFÂNCIA (CPAPI): um centro multidisciplinar que visa realizar pesquisas científicas sobre o desenvolvimento da primeira infância, transferir as tecnologias geradas nas pesquisas para parceiros do setor público e disseminar os conhecimentos adquiridos para a sociedade. Esta iniciativa está vinculada à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

SOBRE OS AUTORES

O Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância é composto por pesquisadores brasileiros de diferentes áreas, como medicina, enfermagem, neurociência, psicologia, economia, políticas públicas e educação.

O objetivo principal do trabalho desse grupo é identificar temas-chave que possuem maior impacto sobre o desenvolvimento integral infantil e, assim, sintetizar, analisar e produzir conhecimento científico que contribua com a formulação, o fomento e a melhoria de programas e políticas a favor da criança.

Seus membros buscam a promoção de uma agenda nacional de pesquisas que atenda às áreas pouco ou nada exploradas no país. Este é o sexto texto de uma série e trata do impacto do bairro sobre o desenvolvimento integral infantil. Ele foi elaborado por Ciro Biderman, professor de Administração Pública e Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), e pela pesquisadora convidada Camila Soares. Camila é economista e integra o Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados para o Brasil e a África Lusófona da FGV.

AS PUBLICAÇÕES ANTERIORES ABORDAM OS SEGUINTE TEMAS:

- **Estudo I:** O impacto do desenvolvimento na primeira infância sobre a aprendizagem
- **Estudo II:** Importância dos vínculos familiares na primeira infância
- **Estudo III:** Funções executivas e desenvolvimento na primeira infância: habilidades necessárias para a autonomia
- **Estudo IV:** Visita domiciliar como estratégia de promoção do desenvolvimento e da parentalidade na primeira infância
- **Estudo V:** Impactos da Estratégia Saúde da Família e desafios para o desenvolvimento infantil
- **Edição Especial:** Repercussões da pandemia de Covid-19 no desenvolvimento infantil

AVISO

O conteúdo deste estudo é de responsabilidade dos autores, não refletindo, necessariamente, as opiniões das organizações membros do Núcleo Ciência Pela Infância.

SUGESTÃO DE CITAÇÃO

Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância (2021). Estudo nº VI: O Bairro e o Desenvolvimento Integral na Primeira Infância. <http://www.ncpi.org.br>

REDAÇÃO

Camila Soares
Ciro Biderman

PREPARAÇÃO DE TEXTOS

David Alexandre Cohen
Sandra Mara Costa

REVISÃO

Mauro de Barros

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO


Estúdio Labirinto


Para mais informações, acesse:

www.ncpi.org.br

ncpi@ncpi.org.br

+55 11 3330-2888

 [/nucleocienciapela infancia](https://www.facebook.com/nucleocienciapela infancia)

 [/nucleocienciapela infancia](https://www.youtube.com/nucleocienciapela infancia)

 [/company/nucleocienciapela infancia](https://www.linkedin.com/company/nucleocienciapela infancia)

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Jéssica de Oliveira Molinari - Bibliotecária - CRB-8/9852

Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância.

O bairro e o desenvolvimento integral na primeira infância [livro eletrônico]/
Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância. -- São Paulo : Fundação Maria
Cecília Souto Vidigal, 2021.

1,7 Kb ; PDF

ISBN 978-65-993325-7-9 (e-book)

1. Crianças - Desenvolvimento 2. Política pública I. Título

21-0001

CDD 155.4189

Índices para catálogo sistemático:

1. Crianças - Desenvolvimento

MEMBROS DO COMITÊ CIENTÍFICO

Alicia Matijaevich Manitto

Professora Doutora do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP)

Anna Maria Chiesa

Professora Associada do Departamento de Enfermagem em Saúde Coletiva da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (USP)

Antonio Jose Ledo Alves da Cunha

Professor Titular do Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Beatriz Abuchaim

Gerente de Conhecimento Aplicado na Fundação Maria Cecília Souto Vidigal

Ciro Biderman

Professor de Administração Pública e Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV)

Charles Kirschbaum

Professor Assistente de Administração do Insper

Daniel Domingues dos Santos

Professor Doutor de Economia da Faculdade de Economia e Administração de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP)

Darci Neves dos Santos

Professora Adjunta do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Débora Falleiros de Mello

Professora Titular do Departamento de Enfermagem Materno Infantil e Saúde Pública da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (USP)

Fernando Mazzili Louzada

Professor Titular do Departamento de Fisiologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Guilherme Polanczyk

Professor Associado de Psiquiatria da Infância e Adolescência da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP)

Helena Paula Brentani

Professora de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP)

Joana Simões de Melo Costa

Pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Joseph Murray

Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia na Universidade Federal de Pelotas e Diretor do Centro de Pesquisa DOVE

Lino de Macedo

Professor Emérito do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP)

Lislaine Aparecida Fraccolli

Professora de Enfermagem em Saúde Coletiva, Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (USP)

Luiz Guilherme Scorzafave

Professor Doutor de Economia da Faculdade de Economia e Administração de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP)

Márcia Castro

Professora de Demografia do Departamento de Saúde Global e População na Universidade de Harvard (HSPH)

Maria Beatriz Martins Linhares

Professora Associada de Neurociências e Ciências do Comportamento da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FMRP-USP)

Maria Malta Campos

Consultora e Pesquisadora Sênior do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas (FCC) de São Paulo

Maria Thereza de Souza

Professora Titular de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade na Universidade de São Paulo (USP)

Naercio Aquino Menezes Filho

Coordenador do Comitê Científico. Professor Titular da Cátedra Ruth Cardoso do Insper, Professor Associado da USP e Membro da Academia Brasileira de Ciências

Ricardo Paes de Barros

Professor Titular da Cátedra Instituto Ayrton Senna no Insper

Rogério Lerner

Professor Associado de Psicologia da Aprendizagem do Desenvolvimento e da Personalidade na Universidade de São Paulo (USP)

Rudi Rocha

Professor da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getulio Vargas (EAESP-FGV/PAE)

Vladimir Ponczek

Professor Adjunto da Escola de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV)

APRESENTAÇÃO

É COM SATISFAÇÃO QUE O NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA (NCPI) PUBLICA O TEXTO PARA DISCUSSÃO “O BAIRRO E O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA”, ESCRITO POR CIRO BIDERMAN E CAMILA SOARES. Sua elaboração partiu de uma extensa pesquisa acadêmica para reunir e disseminar evidências recentes sobre a influência que o território em que a criança cresce, com as pessoas que ali ocupam, exerce sobre seu desenvolvimento. Para além do conhecimento científico, a obra também buscou apresentar práticas inovadoras de intervenção nesses espaços já adotadas como políticas públicas no Brasil.

A realização de intervenções urbanísticas associadas a programas que visam atingir impacto social positivo para o desenvolvimento integral infantil vem ganhando força no mundo. No Brasil, também tem conquistado a atenção crescente de sociólogos da infância, sanitaristas, urbanistas e formuladores de políticas. A proposta se oferece como uma estratégia potente para reduzir uma série de desigualdades que atingem a criança pequena – de renda, espacial, de saúde e educação e de oportunidades – e que, se não forem atacadas, tendem a se alargar muito ao longo da vida.

É essencial pensarmos nas condições e características das localidades em que vivem as crianças brasileiras. Infelizmente, para muitas delas, os espaços próximos à moradia da família – que, em nosso Texto para Discussão, chamamos de “bairro” – têm condições precárias, sem infraestrutura básica de saneamento, de água e de luz, e sem acesso a áreas verdes e de lazer. As crianças do Brasil crescem em bairros muito diferentes e isso pode provocar efeitos adversos no futuro, potencializando ainda mais o insuportável nível de desigualdades já presente na sociedade.

No contexto da pandemia da Covid-19, a discussão aqui apresentada torna-se ainda mais relevante. Afinal, durante o período de distanciamento social, as crianças e suas famílias permaneceram em casa e as saídas para atividades essenciais ocorreram, na maioria das vezes, apenas no seu entorno. O mundo das crianças – e também de muitos adultos – tornou-se limitado. Explorar espaços de lazer que exijam o uso de transporte público, como um parque, por exemplo, deixou de ser uma boa opção. Ir ao shopping ou à casa de parentes em outros bairros, também. A escola, ambiente de aprendizado, de socialização e de nutrição, fechou as suas portas. Com isso, os espaços próximos à moradia da família tornaram-se o local, fora de casa, que é de fato vivido pela família.

A pandemia da Covid-19 nos faz, então, refletir sobre a desigualdade espacial e sobre o papel do bairro no desenvolvimento integral na primeira infância. Também somos levados a refletir sobre as consequências de vizinhanças tão diferentes na primeira infância. Tudo isso torna ainda mais importante esta discussão, que partiu da investigação criteriosa de mais de dois mil documentos e agora é apresentada aqui. **Boa leitura!**

O BAIRRO E O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA

COMO O BAIRRO AFETA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL INTEGRAL?

QUAIS SÃO AS BOAS PRÁTICAS NESTA TEMÁTICA NO BRASIL?

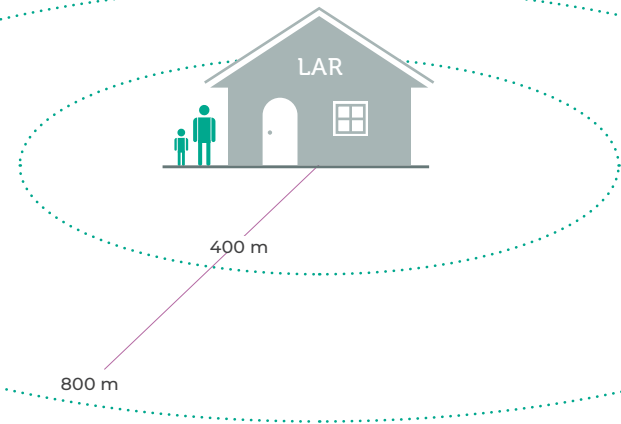
DEFINIÇÕES

BAIRRO

Para um **desenvolvimento infantil integral** saudável, é essencial que a criança viva em um ambiente acolhedor. O círculo mais importante de sua convivência é o das pessoas que compõem o lar. Mas muito cedo ela vai passear pelo bairro.



Território definido por um raio de **400 A 800 METROS DO LAR**, tudo o que possa ser alcançado numa caminhada de 15 minutos.



O QUE É DESENVOLVIMENTO INFANTIL INTEGRAL?

É a **evolução** da criança, encarada de forma ampla ou através de seus vários domínios interdependentes – os aspectos cognitivo, sensório-motor, socioemocional e físico.

De que modo o desenvolvimento infantil foi medido nos estudos sobre como ele é afetado pelo bairro?



1_ Pelas **avaliações específicas** de cada domínio, como do desenvolvimento cognitivo, físico, das habilidades sociais ou motoras.

2_ Pela análise de **comportamentos**, que podem ser:

Externalizantes: quando a criança demonstra oposição, agressividade, hiperatividade, impulsividade, desafio e atitudes antissociais.

Internalizantes: quando a criança muda repentinamente de ânimo, se retrai, exhibe medo ou ansiedade.

3_ Pela consideração das **funções executivas** – um conjunto de habilidades fundamentais para o controle de ações, pensamentos e emoções, que possibilitam aos indivíduos gerenciar diferentes aspectos da vida com **autonomia**, isto é, tomar decisões com independência e responsabilidade.

BAIRRO E PRIMEIRA INFÂNCIA

Diversas características do bairro relacionadas às condições das moradias, saneamento básico, acesso a transporte público, áreas verdes e segurança podem afetar o desenvolvimento infantil integral



DOMICÍLIOS EM SITUAÇÃO DE POBREZA¹ são aqueles com renda domiciliar *per capita* menor ou igual às linhas de pobreza definidas por Sonia Rocha (Iets) e Samuel Franco (Iets / Oppen Social).

Mais de **6 MILHÕES DE FAMÍLIAS** brasileiras viviam em situação de **moradia precária** em 2015, principalmente em regiões urbanas².

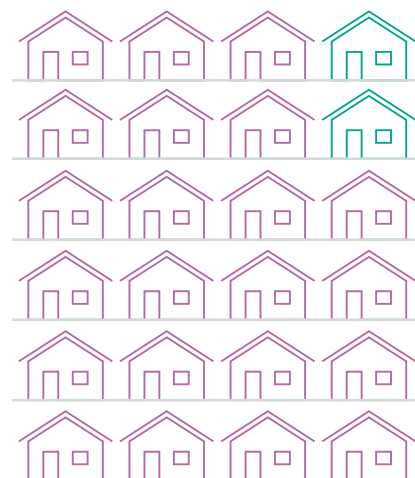
CONSIDERA-SE PRECÁRIA A HABITAÇÃO construída com materiais impróprios (como barracos), localizada em loteamentos não planejados e, portanto, **carente de infraestrutura básica** (como favelas), e aquela em que há excesso de ocupantes para o número de equipamentos e instalações sanitárias indispensáveis.



5,572 MILHÕES de moradias em **regiões urbanas**



0,783 MILHÃO de moradias em **regiões rurais**



O Brasil tinha cerca de **5,12 MILHÕES DE DOMICÍLIOS** em **favelas** em 2019, nas quais viviam 13,6 milhões de pessoas. É um número de domicílios quase 60% maior do que em 2010³.

Estima-se que existiam favelas em 734 municípios do Brasil (pouco mais de 13% do total) em 2019 – mais do que o dobro do que apontava o Censo Demográfico 2010 (323 cidades).

“FAVELA” é o nome popular que se dá aos aglomerados subnormais, as formas de ocupação irregular para fins de habitação situadas em áreas urbanas.



POBREZA E INFÂNCIA NAS CIDADES⁴

As áreas mais pobres das cidades* apresentam as maiores taxas de crianças por adulto.**

Tipo A	17
Tipo B	18
Tipo C	19
Tipo D	24
Tipo E	31
Tipo F	31
Tipo I, subtipo 2	49
Tipo J, subtipo 2	50
Tipo J, subtipo 3	43
Tipo K	47

(*) A classificação feita pelo IBGE vai de A a K, dos mais ricos aos mais pobres, podendo apresentar subtipos 1, 2 e 3. (**) Os valores dos Tipos são referentes ao número de crianças por cada 100 adultos.



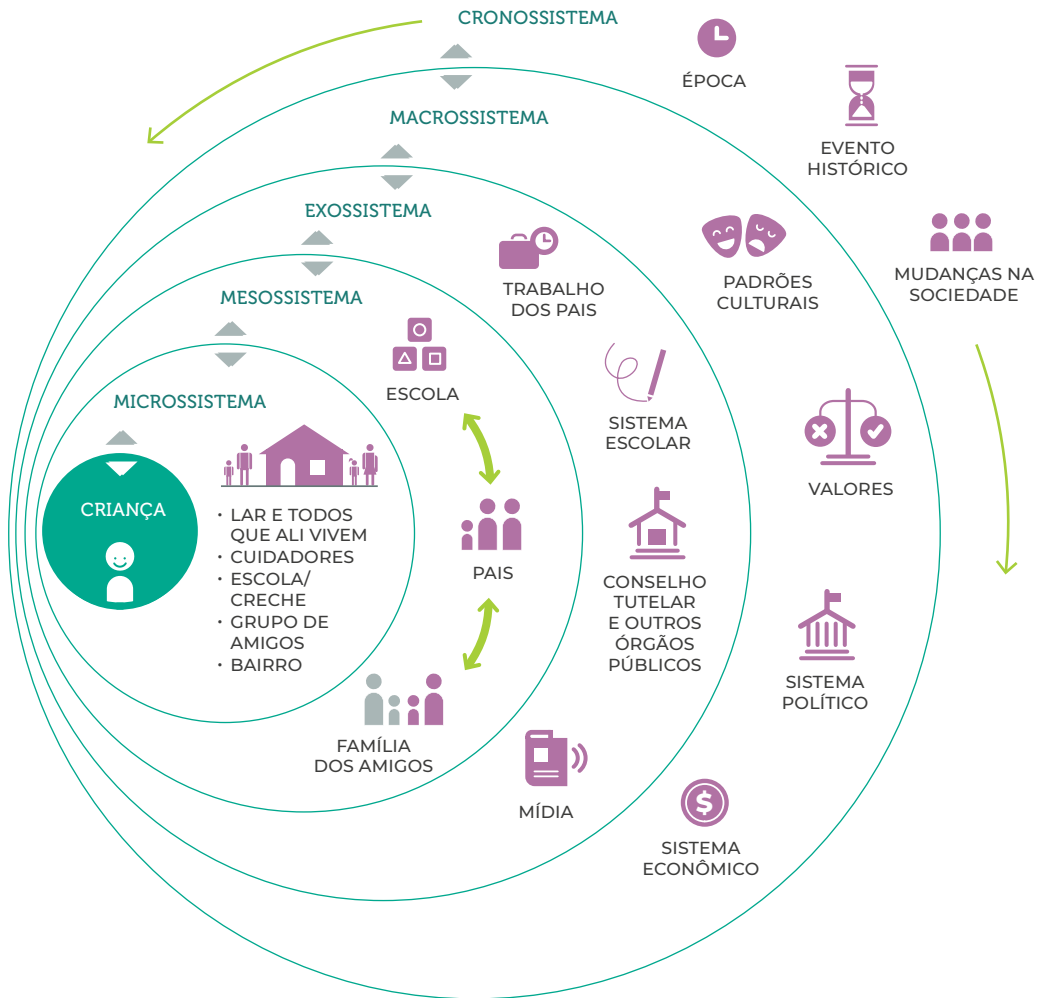
MELHORES condições de vida

PIORES condições de vida

FONTES: (1) Centro de Políticas Públicas do Insuper. Estimativa com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) 2019, utilizando das linhas de pobreza atualizadas para valores de 2019 através do IPCA. As linhas de pobreza estão disponíveis em: <https://www.iets.org.br/spip.php?article406>. (2) Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional no Brasil 2015. (3) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Aglomerados subnormais 2019: Classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à Covid-19. (4) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tipologia Intraurbana: Espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil.

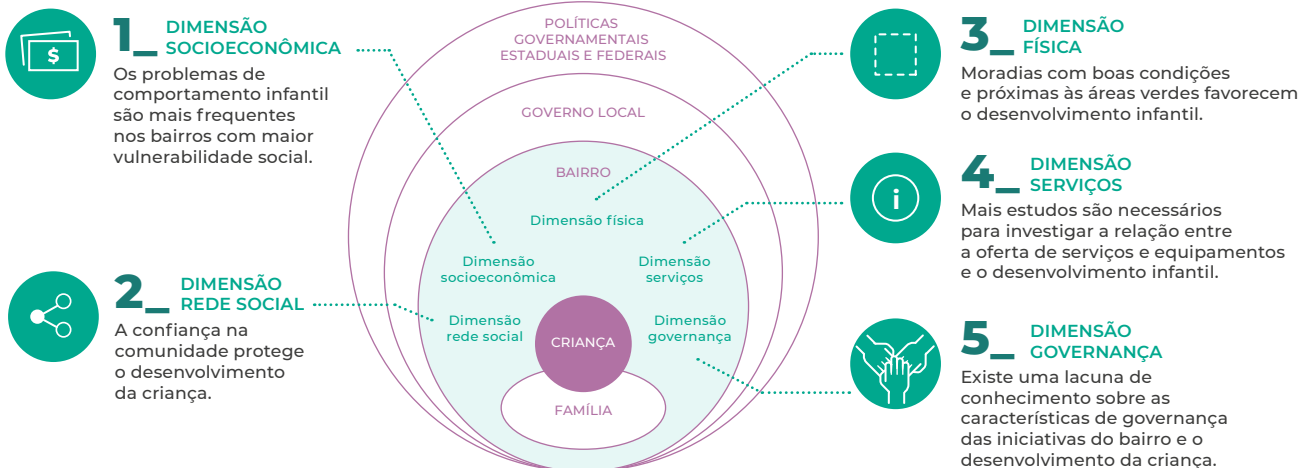
MODELO ECOLÓGICO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL INFANTIL DE BRONFENBRENNER

Um dos pioneiros da análise do impacto do bairro sobre o desenvolvimento infantil integral foi o psicólogo norte-americano **Urie Bronfenbrenner**. Segundo ele, as crianças normalmente são afetadas por vários ecossistemas, desde o mais íntimo, em seu lar, até os mais abrangentes como a escola e o sistema maior que inclui a sociedade e a cultura em que ela vive. **Cada um desses sistemas interage e influencia os demais em todos os aspectos da vida da criança.** O modelo ecológico (de interação entre os seres vivos e o ambiente à sua volta) que ele formulou contextualiza o desenvolvimento integral infantil em cinco níveis de influência externa:



DIMENSÕES DE IMPACTO DO BAIRRO SOBRE A PRIMEIRA INFÂNCIA

De acordo com modelo estabelecido pela pediatra e pesquisadora australiana Sharon Goldfeld e colegas, os efeitos do entorno sobre as crianças se apresentam em cinco dimensões:



FONTE: Goldfeld et. al (2015)



O que dizem as evidências

- ▶ A situação socioeconômica do bairro **afeta diretamente o desenvolvimento integral infantil**, sendo que, quanto mais baixo o nível socioeconômico, maior é o prejuízo para o desenvolvimento das crianças.
- ▶ As **boas condições das moradias** de um bairro levam a um desenvolvimento infantil mais saudável.
- ▶ A **rede social** que a família possui no bairro influi no desenvolvimento integral infantil.



O que dizem as diretrizes para direitos

- ▶ O **Marco Legal da Primeira Infância** prevê que estados e municípios se organizem para a criação de **espaços lúdicos** que propiciem o bem-estar das crianças de 0 a 6 anos, o brincar e o exercício da criatividade em locais públicos e privados, bem como a fruição de ambientes livres e seguros em suas comunidades.
- ▶ A **Convenção sobre os Direitos das Crianças da ONU** preconiza que sejam garantidas às crianças moradia adequada, proteção e acesso a serviços de qualidade.
- ▶ A **Agenda 2030 da ONU** traz, entre suas metas, o acesso de todos à moradia digna, a redução da pobreza, a proteção às crianças, o pleno atendimento em serviços básicos e o desenvolvimento integral na primeira infância.



BONS EXEMPLOS NO BRASIL

Como as políticas públicas, por meio da transformação do espaço urbano, podem contribuir para que as crianças prosperem da melhor forma possível?



URBAN95

Boa Vista-RR

Manifestações artísticas em calçadas e muros, melhoria nos cruzamentos de veículos, oferta de serviços básicos para a primeira infância, restauração de espaços públicos, reforma de pontos de ônibus para torná-los mais amigáveis às crianças e melhoria de praças com brinquedos.



URBAN95

Recife-PE

Intervenções urbanísticas em praças e nos caminhos percorridos pelas famílias em bairros da capital pernambucana.



TERRITÓRIOS EDUCADORES

São Paulo-SP

Intervenções na capital paulista para aumentar a segurança viária e enriquecer os caminhos percorridos por crianças em seu dia a dia, com propostas lúdicas e interativas.

01

INTRODUÇÃO

O OBJETIVO É BUSCAR A COMPREENSÃO DE COMO **O BAIRRO** EM QUE A CRIANÇA CRESCE AFETA SEU DESENVOLVIMENTO E, A PARTIR DAÍ, DISCUTIR POLÍTICAS PÚBLICAS QUE POSSAM, POR MEIO DA TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO, CONTRIBUIR PARA QUE AS CRIANÇAS PROSPEREM DA MELHOR FORMA POSSÍVEL.

DURANTE MUITO TEMPO, CONSIDEROU-SE QUE A PRIMEIRA INFÂNCIA – PERÍODO QUE ABRANGE OS PRIMEIROS SEIS ANOS COMPLETOS OU 72 MESES DE VIDA DA CRIANÇA – era apenas uma antessala da vida real, uma época sem maiores consequências para o futuro das pessoas. Ao contrário, hoje se sabe que ela é uma fase crucial para o desenvolvimento humano, com enorme impacto sobre a vida adulta¹. É consenso entre especialistas que as experiências da criança na primeira infância afetam o desenvolvimento integral – físico, psicológico, intelectual e social – e que, neste período, acontecem transformações neurológicas fundamentais², que são influenciadas pelas vivências cotidianas, além de aí se formarem as bases dos comportamentos sociais e afetivos³. Todas as experiências nesta etapa têm impacto futuro: quando elas são positivas, aumentam a probabilidade de a pessoa completar o ensino médio e ingressar em uma universidade, por exemplo, além da probabilidade de apresentar melhores indicadores de saúde e obter renda mais alta quando adulta⁴.

O QUE É DESENVOLVIMENTO INTEGRAL INFANTIL

Como ensina a literatura científica, entendemos aqui o desenvolvimento infantil integral de forma ampla, composto por **domínios interdependentes**, que incluem os aspectos cognitivo, sensório-motor, socioemocional e físico⁵. Para analisar os impactos de uma dada experiência ou situação sobre o desenvolvimento integral infantil, pode-se abordá-lo de forma global ou considerar cada um de seus aspectos em separado. Além disso, é possível fazer uma análise de **comportamentos**, quer sejam

externalizantes (marcados por “oposição, agressão, hiperatividade, impulsividade, desafio e atitudes antissociais”) ou internalizantes (marcados por mudanças repentinas de ânimo, retraimento, medo ou ansiedade)⁶.

Finalmente, também serão consideradas as **funções executivas**, um conjunto de habilidades fundamentais para o controle de ações, pensamentos e emoções. As funções executivas predizem habilidades essenciais, como focar a atenção, planejar, monitorar, resolver problemas e ser capaz de trocar a satisfação imediata por recompensa posterior. Elas possibilitam aos indivíduos gerenciar diferentes aspectos da vida com autonomia, isto é, tomar decisões com independência e responsabilidade⁷.

Para favorecer o desenvolvimento na primeira infância, é necessário prover às crianças ambientes acolhedores, receptivos e seguros, dando-lhes condições de explorar o seu entorno por meio de brincadeiras, a melhor forma de descobrir o mundo ao seu redor, e de aprender a se relacionar com os outros e com o mundo⁸.

DESENVOLVIMENTO INFANTIL INTEGRAL

É a **evolução** da criança, encarada de forma ampla ou através de seus vários domínios interdependentes – os aspectos cognitivo, sensório-motor, socioemocional e físico.

De que modo o desenvolvimento infantil foi medido nos estudos sobre como ele é afetado pelo bairro?



1_ Pelas **avaliações específicas** de cada domínio, como do desenvolvimento cognitivo, físico, das habilidades sociais ou motoras.



2_ Pela análise de **comportamentos**, que podem ser:

Externalizantes: quando a criança demonstra oposição, agressividade, hiperatividade, impulsividade, desafio e atitudes antissociais.

Internalizantes: quando a criança muda repentinamente de ânimo, se retrai, exhibe medo ou ansiedade.



3_ Pela consideração das **funções executivas** – um conjunto de habilidades fundamentais para o controle de ações, pensamentos e emoções, que possibilitam aos indivíduos gerenciar diferentes aspectos da vida com **autonomia**, isto é, tomar decisões com independência e responsabilidade.

COESÃO SOCIAL DO BAIRRO

De acordo com Leventhal e Brooks-Gunn (2000), a coesão social do bairro trata da conexão entre os moradores de um bairro ou vizinhança, os valores que compartilham e sua disponibilidade de ajuda mútua.

BAIRRO

Entendido como o território definido por um raio de 400 a 800 metros do lar, ou por tudo aquilo que possa ser alcançado numa caminhada de 15 minutos.

Entre todos os ambientes com que a criança interage, sua casa, o lar em que vive, é sem dúvida o mais importante, aquele onde passa mais tempo e tem mais contatos afetivos desde o nascimento. Muito cedo, porém, o universo da criança se expande: ela visita o médico, a Unidade Básica de Saúde (UBS), passeia na pracinha ou na casa de vizinhos, é levada para o mercado ou para um serviço religioso. Passa a conviver, portanto, na área do entorno de sua casa – um território definido por um raio de 400 a 800 metros do lar⁹, ou por tudo aquilo que possa ser alcançado numa caminhada de 15 minutos¹⁰. Este trabalho denominará essa área como “bairro” e discutirá suas principais características em relação ao desenvolvimento infantil integral, como a qualidade dos equipamentos públicos, a **coesão social do bairro**, isto é, a conexão entre seus moradores e sua disponibilidade de ajuda mútua, os níveis de violência e a situação socioeconômica das famílias.

Esse **bairro**, por sua vez, está inserido, na maior parte dos casos, em uma cidade ou região metropolitana. O fato de que tantas crianças pequenas estão hoje em dia descobrindo o mundo em bairros urbanos traz desafios particulares. As grandes cidades são, em geral, ambientes potencialmente menos favoráveis ao desenvolvimento pleno na primeira infância, pois apresentam poluição, trânsito, menor oferta de espaços ao ar livre, altas taxas de violência e menos contato direto com a natureza. Além disso, muitas das crianças em cidades vivem em favelas – ocupações irregulares com moradias precárias, muitas vezes sem acesso a saneamento básico e água potável.

Neste Texto para Discussão, consideramos este cenário desafiador, de uma primeira infância urbana – levando em conta que a problemática da infância rural envolve outros desafios e outras circunstâncias. O objetivo aqui é buscar a compreensão de como o bairro em que a criança cresce afeta seu desenvolvimento e, a partir daí, discutir políticas públicas que possam, por meio da transformação do espaço urbano, contribuir para que as crianças prosperem da melhor forma possível. ♡

02

A IMPORTÂNCIA DO TERRITÓRIO

PARTE IMPORTANTE DOS BRASILEIROS MAIS VULNERÁVEIS VIVE EM BAIRROS SEGREGADOS ESPACIALMENTE, CARACTERIZADOS POR UMA INFRAESTRUTURA URBANA INCOMPLETA OU DEFICIENTE, MORADIAS DE BAIXA QUALIDADE E GERALMENTE IRREGULARES, COM FALTA DE SANEAMENTO URBANO, ESCASSEZ DE TRANSPORTE PÚBLICO E ÍNDICES MAIORES DE VIOLÊNCIA. NESSES LOCAIS, ESSA POPULAÇÃO, JÁ VULNERÁVEL, SE VÊ EXPOSTA A UMA INTENSA COMBINAÇÃO DE RISCOS E SITUAÇÕES NEGATIVAS.

DOMICÍLIOS POBRES

Domicílios em que a renda não é suficiente para atender às necessidades básicas de ingestão calórica diária ou às necessidades não alimentares, como habitação, transporte, vestuário e saúde⁷.

MOBILIDADE SOCIAL

Mudança entre a “classe de origem, definida pela ocupação do pai durante sua infância, e a classe de destino, definida pela ocupação do filho adulto”. Pode ser medida pelo “percentual total (taxas absolutas) de filhos adultos em posições de classe de destino diferentes de sua classe de origem (de seus pais)”, de acordo com Ribeiro (2012).

NÃO É NOVIDADE QUE O BRASIL É UM DOS PAÍSES MAIS DESIGUAIS DO MUNDO, COM UMA POPULAÇÃO EXPOSTA A ELEVADOS ÍNDICES DE VULNERABILIDADE SOCIAL. Este quadro afeta de modo especial a primeira infância: 27,3% das crianças com 6 anos ou menos viviam em **domicílios pobres** em 2019¹¹. Esta situação não é apenas um reflexo, ela é também fonte de desigualdades – vários estudos mostram que os indicadores de desenvolvimento integral infantil têm relação direta com o status socioeconômico da família¹². Mais do que isso, a diferença de desenvolvimento entre crianças de diferentes níveis socioeconômicos aumenta ao longo do tempo¹³. Trata-se de um círculo vicioso: crianças em situação desfavorável têm menor probabilidade de se desenvolver plenamente, o que ajuda a perpetuar as vulnerabilidades, não só para sua vida adulta, como também para a próxima geração.

O Brasil também é marcado por disparidades espaciais: as pessoas mais vulneráveis vivem em bairros precários, caracterizados por uma infraestrutura urbana incompleta ou deficiente, moradias de baixa qualidade e geralmente irregulares, falta de saneamento básico, escassez de transporte público e índices maiores de violência. Há, assim, uma segregação espacial da população: os mais vulneráveis vivem, muitas vezes, em bairros com piores características¹⁴. Os moradores dessas localidades estão expostos a “uma intensa cumulatividade de riscos e situações negativas”¹⁵: têm menos acesso a serviços públicos e ao mercado de trabalho e, conseqüentemente, menos oportunidades de **mobilidade social**¹⁶. Em linguagem econômica, pode-se dizer que esses bairros trazem para seus moradores uma série de externalidades negativas.



O PESO DAS EXTERNALIDADES

Em economia, define-se externalidade como o efeito colateral de uma ação, sofrido por algum grupo que não fazia parte da ação. A externalidade pode ser positiva ou negativa. Por exemplo, se uma indústria se instala em uma região, a padaria perto da sede pode se beneficiar de uma externalidade positiva: terá mais clientes a quem vender. A valorização de terras ao redor da indústria é outro exemplo de externalidade positiva para os proprietários dessas terras. Porém, se aquela indústria polui o ar ou um rio da cidade, a população sofre uma externalidade negativa, seja pela diminuição do valor da propriedade na região ou pelo prejuízo à sua saúde. A piora no trânsito é outro exemplo clássico de externalidade negativa: quanto mais veículos em circulação, pior o trânsito para todos os veículos.

Esse fenômeno ganhou o nome de externalidade por estar fora do sistema de preços usado para calcular o valor de um bem ou de uma ação. Viver em uma região vulnerável traz inúmeros exemplos de externalidade negativa: maiores chances de sofrer violência, tempo perdido na locomoção, potenciais danos à saúde por conta da poluição, menor oferta de lazer em espaços públicos, etc. Por outro lado, educação é um dos melhores exemplos de externalidade positiva: para além do ensino que está precificado no serviço, a sociedade ganha cidadãos mais conscientes e capazes, o governo recebe mais impostos, porque os salários das pessoas são mais altos (na vida adulta), e os índices de criminalidade caem.

Fonte: Mankiw, Nicholas. Princípios de Economia.

Viver em situação de pobreza no Brasil significa, via de regra, também viver em bairros segregados e precários e, com isso, estar mais sujeito às externalidades negativas, que se acumulam e produzem ciclos de pobreza cada vez mais difíceis de serem rompidos¹⁷. Mesmo se não houver desigualdade de renda – ou seja, se as famílias não forem vulneráveis –, a desigualdade espacial faz com que moradores de bairros desfavorecidos enfrentem dificuldades em diversos aspectos da vida – inclusive em termos de desenvolvimento integral infantil.

No caso do Brasil, a desigualdade espacial é um fator essencial na discussão da primeira infância, uma vez que as crianças são particularmente expostas às externalidades negativas dos locais onde moram. De acordo com um estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as piores tipologias intraurbanas¹⁸ – ou seja, as áreas em que as condições de vida são mais precárias – apresentam as maiores taxas de crianças por adulto. Este dado, combinado à percentagem de crianças pequenas vivendo na pobreza, expõe um cenário grave para o país. Nas áreas com piores condições de vida, as crianças estão expostas, por exemplo, a piores condições de saneamento básico, o que pode aumentar sua contaminação por doenças diversas, e pode ser agravado por piores condições nutricionais, consequência da baixa renda familiar. ♥

BAIRRO E PRIMEIRA INFÂNCIA

27,3%
DAS
CRIANÇAS

brasileiras
de até 6 anos
viviavam em
**domicílios
em situação
de pobreza**
em 2019.



DOMICÍLIOS EM SITUAÇÃO DE POBREZA¹

são aqueles com renda domiciliar per capita menor ou igual às linhas de pobreza definidas por Sonia Rocha (Iets) e Samuel Franco (Iets / Oppen Social).

Mais de
6 MILHÕES
DE FAMÍLIAS

brasileiras viviam em situação de **moradia precária** em 2015, principalmente em regiões urbanas².

CONSIDERA-SE PRECÁRIA A HABITAÇÃO

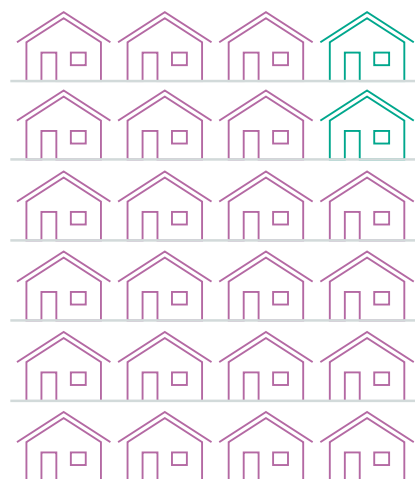
construída com materiais impróprios (como barracos), localizada em loteamentos não planejados e, portanto, **carente de infraestrutura básica** (como favelas), e aquela em que há excesso de ocupantes para o número de equipamentos e instalações sanitárias indispensáveis.



5,572 MILHÕES
de moradias
em **regiões
urbanas**



0,783 MILHÃO
de moradias
em **regiões
rurais**



O Brasil tinha cerca de

5,12 MILHÕES
DE DOMICÍLIOS

em **favelas** em 2019, nas quais viviam 13,6 milhões de pessoas. É um número de domicílios quase 60% maior do que em 2010³.

Estima-se que existiam favelas em 734 municípios do Brasil (pouco mais de 13% do total) em 2019 – mais do que o dobro do que apontava o Censo Demográfico 2010 (323 cidades).

“**FAVELA**” é o nome popular que se dá aos aglomerados subnormais, as formas de ocupação irregular para fins de habitação situadas em áreas urbanas.



POBREZA E INFÂNCIA NAS CIDADES⁴

As áreas mais pobres das cidades* apresentam as maiores taxas de crianças por adulto.**

Tipo A	17
Tipo B	18
Tipo C	19
Tipo D	24
Tipo E	31
Tipo F	31
Tipo I, subtipo 2	49
Tipo J, subtipo 2	50
Tipo J, subtipo 3	43
Tipo K	47

(*) A classificação feita pelo IBGE vai de A a K, dos mais ricos aos mais pobres, podendo apresentar subtipos 1, 2 e 3.

(**) Os valores dos Tipos são referentes ao número de crianças por cada 100 adultos.



MELHORES
condições
de vida

PIORES
condições
de vida

Fontes: (1) Centro de Políticas Públicas do Insper. Estimativa com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Phad Contínua) 2019, utilizando das linhas de pobreza atualizadas para valores de 2019 através do IPCA. As linhas de pobreza estão disponíveis em: <https://www.iets.org.br/spip.php?article406>. (2) Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional no Brasil 2015. (3) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Aglomerados subnormais 2019: Classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à Covid-19. (4) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tipologia Intraurbana: Espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil.

03

EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

A PARTIR DA DÉCADA DE 1990, ACHADOS EMPÍRICOS INDICARAM QUE O BAIRRO TEM, DE FATO, EFEITO SOBRE O DESENVOLVIMENTO INFANTIL INTEGRAL.

O CAMPO DE ESTUDOS QUE PROCURA ENTENDER A IMPORTÂNCIA DO BAIRRO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DAS CRIANÇAS FOI INAUGURADO pelos trabalhos de sociólogos, como o norte-americano William Wilson, e de psicólogos, como Urie Bronfenbrenner, também dos Estados Unidos.

De um lado, os sociólogos revelaram a concentração espacial da pobreza e as possíveis consequências deste fenômeno, incluindo-se aí seu impacto sobre as crianças¹⁹. De outro lado, o trabalho fundamental de Bronfenbrenner, ao formular seu modelo ecológico de desenvolvimento humano, destacou a necessidade de estudar a evolução da criança no ambiente em que ela vive²⁰.

Neste modelo, o bairro seria um dos sistemas em que a criança está inserida²¹. Como tal, influencia seu desenvolvimento, promovendo-o ou inibindo-o, e deve, portanto, ser considerado nos estudos sobre a infância.

Segundo Bronfenbrenner, as crianças normalmente são afetadas por vários ecossistemas, desde o mais íntimo – sua família, seu lar, sua creche e também seu bairro – e, mais além, o sistema maior que inclui a sociedade e a cultura em que ela vive. Cada um desses sistemas interage e influencia os demais em todos os aspectos da vida da criança. O modelo ecológico, formulado por esse autor, contextualiza o desenvolvimento infantil integral em cinco níveis de influência externa sobre a criança:

Microsistema: o ambiente imediato, composto pelo lar e todos aqueles que ali vivem, escola ou creche, os cuidadores, grupo de amigos e o bairro.

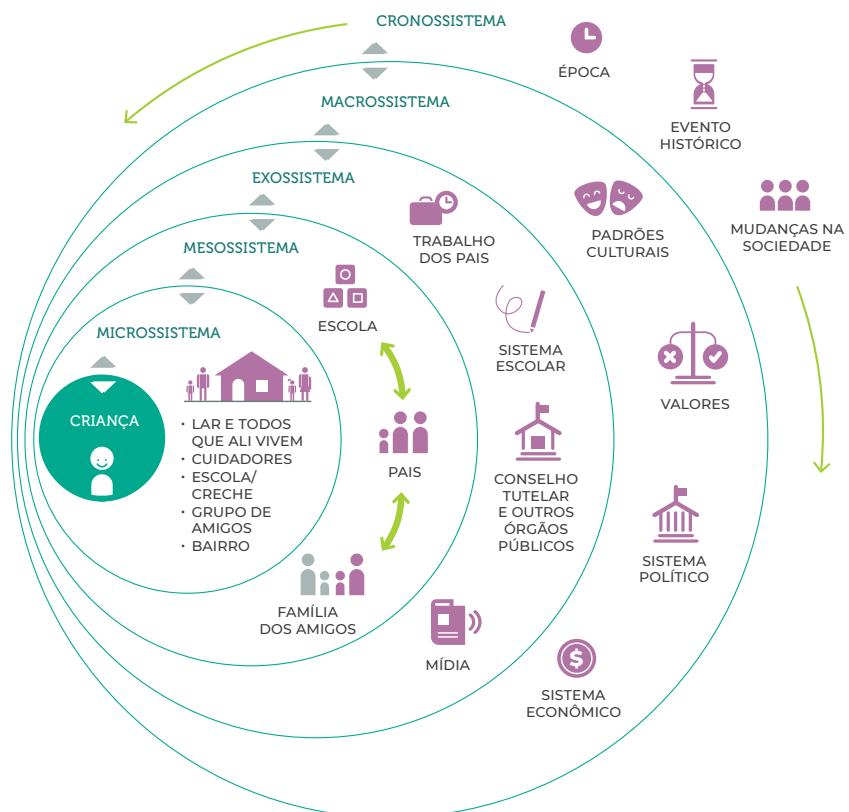
Mesosistema: engloba as interações entre os diferentes microsistemas em que as crianças se encontram; por exemplo, a relação entre seus pais e a escola ou entre seus pais e a família de seus amiguinhos.

Exossistema: refere-se às relações entre sistemas, sendo que um deles não abrange a criança diretamente, mas exerce influência sobre ela mesmo assim; por exemplo, o trabalho dos pais pode provocar um estresse nos adultos que se reflete na criança.

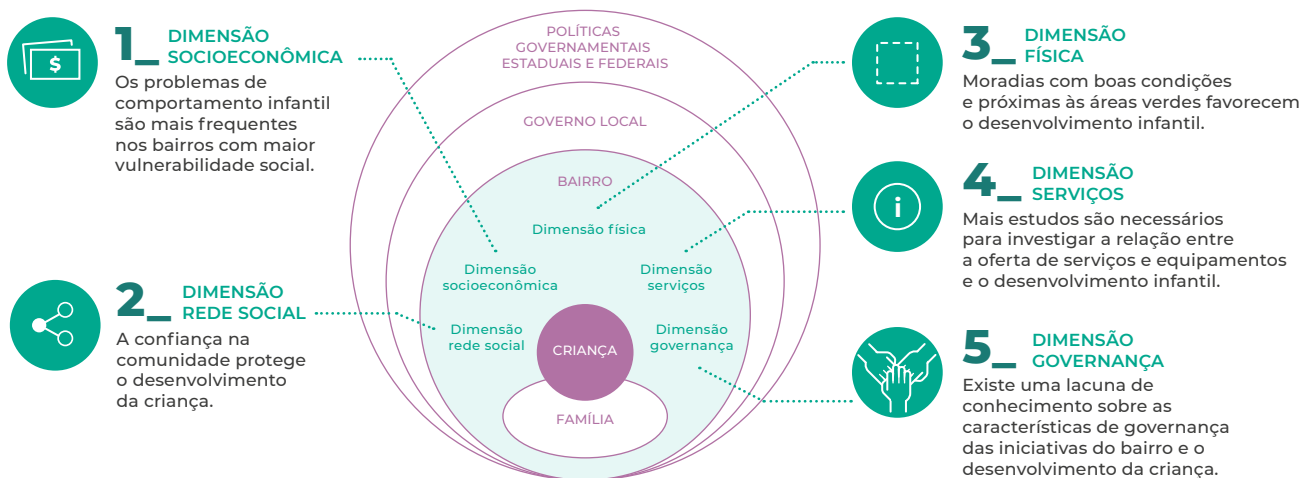
Macrossistema: trata-se do grupo de pessoas e lugares mais distantes, mas que ainda exercem influência significativa sobre a criança. Aqui entram os padrões culturais, valores, sistemas político e econômico, etc.

Cronossistema: adiciona a dimensão do tempo às influências sobre a criança (tanto as mudanças quanto o que permanece constante). Refere-se tanto a transições na vida das crianças quanto a eventos históricos e outras mudanças sociais.

MODELO ECOLÓGICO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL INFANTIL DE BRONFENBRENNER



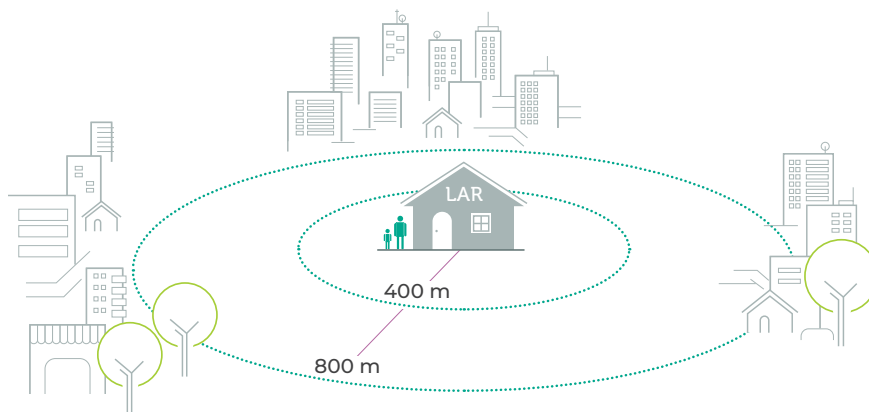
Diversos pesquisadores seguiram essa linha de trabalho e, a partir da década de 1990, achados empíricos indicaram que o bairro tem, de fato, efeito sobre o **desenvolvimento integral infantil**²². Houve também avanços teóricos nesse campo, com a formulação de modelos conceituais que ajudam a compreender como variadas dimensões do bairro podem afetar as crianças. Entre esses modelos, destaca-se o de Goldfeld et al. (2015)²³, que define cinco dimensões do bairro com impacto sobre o desenvolvimento integral infantil:



No presente Texto para Discussão, será utilizado este modelo conceitual para organizar as evidências recentes, que foram encontradas por meio de um levantamento sistemático²⁴, partindo dos termos “bairro” e “primeira infância”, sobre a relação entre o bairro e o desenvolvimento infantil integral.

ATÉ ONDE VAI O BAIRRO

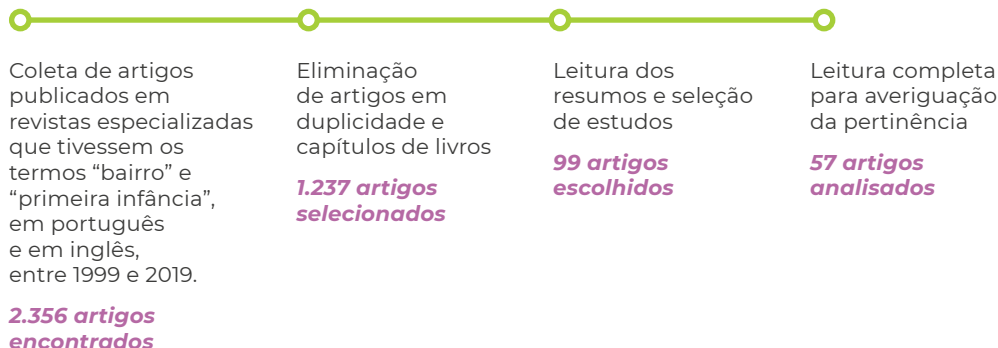
O conceito de bairro usado neste trabalho inclui todos os ambientes no entorno da criança com os quais ela esteja conectada – um território que pode ser alcançado em uma caminhada de 15 minutos a partir da casa da criança ou que esteja dentro de um raio de 400 a 800 metros de sua casa²⁵. Não inclui espaços mais amplos, como o distrito escolar ou a região da cidade.



EM BUSCA DE NOVAS EVIDÊNCIAS

Para apresentar as evidências existentes da relação entre bairro e primeira infância, foi feito um apanhado na literatura acadêmica contemporânea.

ETAPAS DA PESQUISA



3.1. DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

O que é – Refere-se ao nível socioeconômico da população residente no bairro. A maior parte dos pesquisadores faz suas análises utilizando simplesmente o nível de pobreza dos territórios, ou por meio de índices compostos, que incluem diferentes características da região, como número de desempregados, o nível de educação dos residentes, a proporção de famílias chefiadas por mulheres solteiras, a proporção de famílias que recebem benefícios sociais, a proporção de imigrantes e/ou de minorias, para definir seu nível socioeconômico.

Crianças vivendo em bairros com nível socioeconômico baixo podem ter seu desenvolvimento prejudicado. Há indícios de que a exposição à pobreza aprofunda os problemas de comportamento ao longo do tempo: eles aumentam com o passar dos anos a uma taxa tão mais elevada quanto piores forem as condições econômicas do bairro. Existem sinais de que a família é capaz de neutralizar os efeitos do entorno quando se trata de vulnerabilidade do bairro.

Os resultados encontrados pela maior parte dos estudiosos constataam que a situação socioeconômica do bairro afeta diretamente o desenvolvimento infantil integral, sendo que, quanto mais baixo o nível socioeconômico do bairro, maior é o prejuízo para o desenvolvimento das crianças. Isso vale tanto se esse desenvolvimento for encarado de forma ampla²⁶ quanto como

se forem mensuradas a habilidade cognitiva ao ingressar na escola²⁷, a habilidade verbal²⁸, a competência social²⁹, entendida como a capacidade de interagir com os outros, ou o desenvolvimento físico³⁰. Porém alguns estudos conseguem relacionar o nível socioeconômico do bairro apenas com habilidades cognitivas, mas não com outras dimensões do desenvolvimento, como habilidades socioemocionais³¹. Outros identificaram uma associação entre um baixo nível socioeconômico do bairro e comportamentos externalizantes^{32,33} e antissociais³⁴, além de alguma evidência de que, quanto maior a vulnerabilidade social, mais frequentes são os problemas de comportamento em geral³⁵.

A situação oposta também é apontada por alguns estudos, corroborando o impacto do nível socioeconômico do bairro sobre a primeira infância: quanto maior a afluência dos moradores³⁶ – ou seja, quanto melhores as condições socioeconômicas das famílias –, melhores são os indicadores de desenvolvimento integral infantil, seja ele medido de forma ampla³⁷ ou por habilidades cognitivas no início da vida escolar³⁸.

O microsistema mais íntimo – a família, em especial – parece ser dominante no desenvolvimento infantil integral até certa idade, mas a partir de um certo ponto – provavelmente por volta dos 3 anos – o entorno também passa a ter um papel importante: não são encontrados impactos do nível socioeconômico do bairro para crianças de 12 meses³⁹, mas são encontrados para crianças acima dos 3 anos⁴⁰.

O efeito da exposição à pobreza parece ser de médio prazo. Encontram-se evidências de que viver em bairros mais vulneráveis aos 3 anos e meio impacta os resultados aos 5 anos⁴¹. Também já se verificou que crianças que saíram da pobreza aos 2 anos alcançaram resultados melhores do que as que permaneceram mais tempo em situação de pobreza, conforme apontou um estudo no Canadá⁴².

Há também indícios de que a exposição à pobreza leva a um aprofundamento dos problemas de comportamento ao longo do tempo: esses efeitos aumentam com o passar dos anos a uma taxa tão mais elevada quanto piores forem as condições econômicas do bairro⁴³. Entretanto, se compararmos famílias com as mesmas características observáveis, o efeito da exposição à pobreza sobre o aumento de problemas de comportamento perde relevância estatística⁴⁴. Ou seja, há sinais de que a família é capaz de neutralizar os efeitos do entorno sobre o desenvolvimento infantil

integral quando se trata de vulnerabilidade do bairro. Um reforço para esta conclusão vem do fato de que, mesmo nos bairros pobres, há evidências de que crianças de famílias menos vulneráveis têm resultados – tanto de desenvolvimento cognitivo quanto socioemocional – melhores do que crianças de famílias vulneráveis da mesma área⁴⁵.

É importante lembrar que as famílias, muitas vezes, não podem escolher onde vivem. Aquelas que moram em áreas de baixo nível socioeconômico normalmente não têm condições de se mudar para bairros com uma vizinhança mais rica. Nessa mesma linha, é preciso destacar que as crianças que crescem em famílias mais vulneráveis estão expostas a riscos que muitas vezes fogem do controle das famílias, como a falta de saneamento, condições de moradia precárias, um ambiente violento à sua volta ou depressão materna. Por isso, o apoio às famílias mais vulneráveis por meio de políticas públicas e programas sociais é fundamental⁴⁶.

3.2. DIMENSÃO DE REDE SOCIAL

O que é – *Trata-se das dinâmicas sociais do bairro, incluindo a existência de vínculos e redes de apoio, a coesão social entre os moradores (ou seja, a conexão entre eles e sua disponibilidade de ajuda mútua), o tempo de permanência no bairro e quão amigável à criança ele é. Também estão incluídos aqui a percepção de segurança dos moradores e elementos relacionados à violência no bairro⁴⁷.*

Estudos mostram que, quanto maior a violência, vandalismo, lixo nas ruas e insegurança para a criança brincar, menor o nível de desenvolvimento infantil integral, medido por comportamentos externalizantes ou por habilidades cognitivas no início da vida escolar. Quanto mais tempo a criança é exposta a um bairro com altos níveis de desordem, maiores são as chances de que seu desenvolvimento seja comprometido. Há bons indícios de que a rede social pode atenuar os malefícios de uma região violenta para as crianças pequenas. Há evidências de que a confiança na comunidade tem uma associação positiva com o desenvolvimento integral infantil.

A desordem social do bairro pode ser entendida como uma combinação entre as percepções de violência no bairro (pela existência de assaltos, roubos, tráfico de drogas, etc.), de segurança para as crianças brincarem e da presença de lixo e vandalismo nas ruas. Há estudos que mostram uma relação negativa entre a desordem social do bairro e o desenvolvimento infantil integral, medido pela existência de comportamentos externalizantes⁴⁸ ou por habilidades cognitivas no início da vida escolar⁴⁹, independentemente de características sociais, demográficas e econômicas das famílias. É importante considerar o tempo de exposição à desordem do ambiente e sua intensidade: quanto mais tempo a criança é exposta a um bairro com altos níveis de desordem, maiores são as chances de que seu desenvolvimento seja comprometido⁵⁰. Também há alguma evidência de que a desordem social⁵¹ modera o impacto do nível socioeconômico das famílias sobre as funções executivas das crianças aos 5 anos: em bairros com alta desordem social, a relação entre as condições socioeconômicas das famílias e as funções executivas das crianças é especialmente potente⁵².

Quando a violência no bairro é analisada de forma isolada, os resultados não permitem uma conclusão clara quanto à associação com o desenvolvimento infantil integral. Há estudos que encontram uma relação entre a violência – mensurada tanto via percepção por parte dos pais quanto via exposição a atos violentos – e o desenvolvimento infantil integral – medido tanto via questões comportamentais como via competência social^{53, 54, 55}. Outros estudos são inconclusivos: não são encontradas relações entre a percepção de segurança das famílias e indicadores de desenvolvimento infantil integral – tanto relacionados ao comportamento quanto a resultados cognitivos^{56, 57, 58, 59, 60, 61}. Há ainda um estudo que encontra um resultado contraintuitivo: crianças que viviam em comunidades não violentas apresentavam mais problemas de comportamento que seus pares em comunidades violentas⁶².

PARA DENTRO OU PARA FORA

As formas como as crianças costumam responder a situações ruins



SOFRIMENTO DURADOURO

O estresse tóxico ocorre quando a criança vivencia adversidades por um longo período sem o suporte de um adulto. O estresse tóxico pode interromper o desenvolvimento saudável do cérebro, interferindo nas capacidades de aprendizagem e raciocínio, assim como de outros sistemas do corpo, aumentando o risco de uma série de doenças.

A falta de evidências claras de que o nível de violência no bairro prejudica o desenvolvimento infantil integral não pode, obviamente, ser tomada como prova de que as crianças não são afetadas por ele. Afinal, a violência é um fator de risco importante para o desenvolvimento integral infantil, seja a criança vítima, por abusos físicos, maus-tratos ou negligência, seja ela espectadora da violência em seu entorno – entre os pais, por exemplo⁶³. Crianças expostas a tais situações passam por um **estresse tóxico** que afeta seu desenvolvimento.

Aqui, entretanto, as evidências analisam situações em que a violência ocorre nas vizinhanças, e não necessariamente com as crianças, o que, com certeza, afetaria o desenvolvimento infantil integral.

Dadas as evidências contraditórias encontradas pelos estudos, fica clara a necessidade de novas investigações para entender a relação entre a violência na região próxima ao lar e o desenvolvimento infantil integral.

Combinada a aspectos estruturais da violência – como crime ou proteção policial⁶⁴ – e à coesão social, a desordem social da vizinhança apresenta, segundo alguns estudos, correspondência direta com comportamentos externalizantes⁶⁵. Quando a desordem social é analisada em conjunto com a rede de apoio, no caso de uma população vulnerável, não se encontra esta relação⁶⁶. Já quando a qualidade da rede de apoio dos pais é analisada de forma separada, ela parece ter relação positiva com a evolução da criança – medida pelo desenvolvimento cognitivo aos 2 anos de idade⁶⁷ ou o comportamento pró-social das crianças aos 3 anos de idade⁶⁸. O comportamento pró-social é entendido como a capacidade de ter bons relacionamentos e cooperar com o grupo.

A coesão social e a eficácia coletiva do bairro, medida pelo padrão de conexão entre os moradores e o grau de supervisão que exercem sobre a criança para sua proteção, também parecem apresentar relação com o desenvolvimento infantil integral – medido tanto por comportamentos internalizantes e externalizantes⁶⁹ como por habilidades cognitivas⁷⁰. No entanto, nos estudos que levam em conta indicadores de crime e violência do bairro, esta relação some⁷¹. O que talvez explique esse resultado é que a rede social pode compensar as dificuldades de um bairro com características desfavoráveis, mas não consegue ter uma ação efetiva em bairros muito violentos. Nesses casos, a rede social não tem a capacidade de “proteger” as crianças e, com isso, não apresenta efeito nenhum. Outra hipótese é que, em bairros mais violentos, as redes sociais não se estabeleçam com a mesma força e, de novo, percam a capacidade de afetar o desenvolvimento integral infantil. Essa inter-relação entre grau de violência e formação de redes sociais, dois aspectos que podem impactar o desenvolvimento integral infantil, mostra a dificuldade em se obterem resultados inequívocos quando se analisa o impacto de diferentes características dos bairros sobre o desenvolvimento integral infantil.

Os sentimentos da família com relação ao seu bairro também fizeram parte de alguns estudos sobre o desenvolvimento infantil integral. Um deles não encontrou relação entre esses sentimentos e comportamentos internalizantes ou externalizantes de crianças⁷², mas há evidências de que a confiança na comunidade tem uma associação positiva com o desenvolvimento integral infantil⁷³.

3.3. DIMENSÃO FÍSICA

O que é – Inclui as características físicas e de posse das moradias⁷⁴ que compõem o **bairro**⁷⁵, bem como das áreas verdes⁷⁶ ali presentes. A proximidade e a acessibilidade do transporte público⁷⁷ também integram esta dimensão.

Evidências apontam para uma relação robusta entre boas condições de moradias – tanto suas condições físicas quanto a situação de posse – e o desenvolvimento infantil integral saudável. Há uma relação positiva entre a proximidade a áreas verdes e o desenvolvimento emocional das crianças de famílias de baixa renda, sobretudo quando esses espaços são visitados com frequência.

Uma série de evidências aponta para uma relação robusta entre boas condições de moradias – tanto suas condições físicas quanto a situação de posse das moradias – e o desenvolvimento infantil integral saudável. O desenvolvimento infantil integral tende a ser melhor nas áreas em que há mais moradias a preços mais acessíveis⁷⁸ e maior proporção de moradores com casa própria⁷⁹. Também nota-se que grandes conjuntos habitacionais produzidos ou financiados pelo governo, e que possuem alta densidade populacional e estrutura predial, podem prejudicar o desenvolvimento infantil integral⁸⁰.

Porém não há evidência de que o número de casas desocupadas e a proporção de casas com condições adequadas de saneamento básico afetem o desenvolvimento integral infantil de crianças, quando consideradas as características socioeconômicas das famílias⁸¹. Os estudos tampouco encontram relação entre uma maior densidade residencial e diferentes indicadores de desenvolvimento integral infantil⁸².

Quanto às características físicas do bairro, especialmente em relação à existência de riscos estruturais – como maior densidade de imóveis condenados, com alta incidência de incêndio ou contaminação, por exemplo –, as evidências de associação com o desenvolvimento infantil integral não são conclusivas, seja quando se consideram a habilidade verbal, as habilidades sociais e comportamentais ou habilidades cognitivas ao ingressar no ensino fundamental⁸³. Um estudo brasileiro, porém, encontrou relação negativa entre a infraestrutura do bairro e o desenvolvimento cognitivo e de linguagem em crianças entre 24 e 36 meses⁸⁴.

Ainda que seja praticamente um consenso que o contato com a natureza provê estímulos importantes para as crianças⁸⁵, estudos que analisam a presença de áreas verdes no bairro onde a criança mora não encontram evidências de que tal proximidade favoreça o desenvolvimento integral infantil⁸⁶. Apenas quando se analisam crianças de famílias de baixa renda⁸⁷, percebe-se alguma relação positiva entre a proximidade com o verde e o desenvolvimento emocional das crianças⁸⁸. Uma hipótese é que a frequência a essas áreas verdes seja mais importante que a proximidade em si. Há evidências de que as visitas a parques e áreas verdes (bem como sua proximidade) estão relacionadas a um melhor desenvolvimento integral infantil⁸⁹ – considerando a maturidade emocional e o desempenho físico⁹⁰ das crianças. O achado reforça a importância da existência de áreas verdes acessíveis aos diferentes bairros combinada ao incentivo para que as famílias levem seus filhos com frequência a esses espaços.

Quanto às características físicas mais gerais dos bairros, ruas mais tranquilas estão associadas a melhores indicadores de competência social⁹¹. Quanto à proximidade de pontos de transporte público, não há indicação que esteja relacionada a qualquer aspecto do desenvolvimento integral infantil⁹².

3.4. DIMENSÃO DE SERVIÇOS

O que é – *Inclui a existência, a qualidade e o fácil acesso a serviços e equipamentos públicos que atendem à criança pequena, como escolas e postos de saúde.*

Há poucos estudos procurando relacionar a oferta de serviços com o desenvolvimento infantil. No material encontrado, ou não se encontrou nenhuma relação ou a relação se deu no sentido oposto ao esperado.

As poucas evidências identificadas quanto a essa dimensão não permitem concluir se há ou não relação entre a provisão de serviços e equipamentos públicos e o desenvolvimento infantil integral das crianças – seja este medido de forma global⁹³, pelo comportamento infantil ou pelo vocabulário⁹⁴.

O fato de a literatura não ter encontrado relação entre essa dimensão e o desenvolvimento integral infantil e o resultado não esperado demanda novas averiguações. Afinal, serviços de saúde, educação

e assistência são essenciais na primeira infância. Eles não apenas proveem cuidados imprescindíveis – atendimento em creches, vacinação e consultas regulares, entre outros –, como também apoiam os pais, por meio de grupos de apoio ou programas de visitação. E essas ações têm relação com o desenvolvimento integral infantil⁹⁵. Assim como nas evidências apresentadas em relação à proximidade de parques, em que o relevante é a frequência aos parques e não apenas a proximidade, seria necessário averiguar se o mesmo vale para esses serviços.

3.5. DIMENSÃO DE GOVERNANÇA

O que é – *Considera a participação dos cidadãos nas decisões públicas e também as características da governança das iniciativas que ocorrem no bairro.*

Entre os documentos analisados, não foram encontradas evidências que ligassem a governança ao desenvolvimento integral infantil. Era de esperar que estruturas de governança mais inclusivas e adequadas às necessidades da população local possibilitassem iniciativas capazes de dar mais oportunidades a todas as crianças⁹⁶. A falta de evidências sobre essa temática não nos permite confirmar essa suposição. Esta é, portanto, uma lacuna do conjunto de pesquisas sobre o tema.

3.6. O QUE SE SABE E O QUE AINDA PRECISAMOS SABER

Ainda que com algumas limitações, as pesquisas existentes permitem afirmar que o nível socioeconômico do bairro afeta o desenvolvimento integral infantil, bem como as características das moradias e, até certo ponto, a existência de uma rede social forte. Porém não é possível ter a mesma certeza sobre a violência, aspectos mais gerais do espaço físico do bairro e a provisão de serviços públicos, pois as evidências não são robustas o suficiente e, em alguns casos, chegam a ser contraditórias.

É patente a carência de estudos, especificamente aqueles que enfoquem dimensões além da socioeconômica e sejam realizados em países em desenvolvimento.

Pelo conjunto de dados apresentados, fica clara a carência de estudos, especificamente aqueles que enfoquem dimensões além da socioeconômica e sejam realizados em países em desenvolvimento⁹⁷. É importante contar com evidências fora de países desenvolvidos para entender se em contextos mais próximos do brasileiro – com maior vulnerabilidade social e desigualdade – os resultados seriam parecidos com os discutidos aqui.

Além disso, mais estudos são necessários para que se possam colher conclusões que ajudem na formulação de políticas públicas⁹⁸. As evidências encontradas nem sempre podem ser facilmente sistematizadas ou aplicadas aos problemas encontrados no dia a dia de crianças que crescem em cidades brasileiras expostas, muitas vezes, a maiores vulnerabilidades que as experimentadas pelas crianças analisadas nos estudos aqui apresentados.

É importante atentar, ainda, para uma questão metodológica presente na literatura analisada: as famílias podem escolher onde vivem (levando em consideração suas restrições). Por causa disso, é muito difícil isolar os efeitos do bairro⁹⁹, já que as famílias podem se concentrar em áreas específicas devido a fatores que os estudos não observam ou não conseguem controlar – e que podem ter relação com o desenvolvimento integral infantil. São os chamados fatores não observáveis, que passam ao largo da nossa análise. Com isso, o efeito do bairro torna-se extremamente difícil de estimar, pois é desafiador distinguir a parcela que decorre das características da família da parcela que se deve ao bairro. Para além disso, a influência do bairro é composta por uma série de elementos muito difíceis de se decompor, como observamos no caso das redes sociais e da violência no entorno, discutida anteriormente. Grande parte dos trabalhos aqui apresentados, apesar de robustos metodologicamente, não consegue de fato resolver esse conjunto de questões. ♡

04

CONSEQUÊNCIAS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A PARTIR DO PRESSUPOSTO DE QUE O BAIRRO EXERCE IMPACTO SOBRE A PRIMEIRA INFÂNCIA, PODEM-SE DESENVOLVER INTERVENÇÕES AO NÍVEL DO BAIRRO, INCLUINDO, MAS NÃO SE LIMITANDO, MODIFICAÇÕES URBANÍSTICAS QUE TENHAM COMO OBJETIVO PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INFANTIL INTEGRAL. NESTE SENTIDO, HÁ UMA VARIEDADE DE AÇÕES, ESTRATÉGIAS E PROGRAMAS INOVADORES SENDO REALIZADOS TANTO NO BRASIL QUANTO NO MUNDO. AQUI SERÃO DISCUTIDOS ALGUNS EXEMPLOS EM CURSO NO PAÍS.

AS INICIATIVAS BRASILEIRAS ESTÃO EM LINHA COM ALGUNS MOVIMENTOS GLOBAIS. Desde a estratégia *Growing up in Cities* (Crescendo nas Cidades, em tradução livre), da Unesco, na década de 1970, à *Child Friendly Cities* (Cidades Amigas das Crianças), do Unicef, e à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), organismos internacionais destacam a importância de construir capacidades e forças nas próprias famílias e comunidades para melhorar as oportunidades de desenvolvimento de crianças em situação de vulnerabilidade em um cenário de pobreza e crescimento urbano exacerbado.

Discussões sobre o direito das crianças também são uma referência importante: a obrigação de prover moradia adequada e acesso a serviços de qualidade está explícita na Convenção sobre os Direitos das Crianças das Nações Unidas, firmada em 1989. Por fim, essas iniciativas são diretamente influenciadas pelo chamado planejamento urbano *child-friendly* (amigável à criança), uma área de atuação emergente que tem como objetivo inserir a problemática da primeira infância e do desenvolvimento integral infantil no processo de planejamento urbano¹⁰⁰.

URBAN95

A iniciativa Urban95 desenvolve e apoia projetos dentro do país e no exterior focados na relação entre o território e a primeira infância, tendo como mote uma pergunta: “Se você pudesse vivenciar uma cidade a partir de 95 cm – a altura de uma criança saudável de 3 anos – o que você mudaria?”

Embora o Marco Legal da Primeira Infância – **Lei federal nº 13.257**, promulgada em 2016 – estabeleça a importância de criar espaços públicos lúdicos¹⁰¹, políticas públicas nessa direção ainda são raridade no Brasil. Os três casos apresentados a seguir são pioneiros, e dois deles – implementados em Boa Vista e em Recife – são resultado da parceria de prefeituras com a Fundação Bernard van Leer, por meio da iniciativa **Urban95**.

A) SÃO PAULO

Iniciativa intersecretarial da Prefeitura de São Paulo, com participação das secretarias de Governo, Mobilidade e Transportes, Desenvolvimento Urbano, Educação e Subprefeituras, o projeto Territórios Educadores visa promover intervenções urbanísticas que impactem positivamente o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 6 anos em situação de vulnerabilidade social¹⁰².

O projeto Territórios Educadores contempla intervenções urbanas em calçadas, para garantir segurança e acessibilidade a crianças e cuidadores, bem como a revitalização de espaços públicos, sobretudo parques e áreas verdes, a fim de promover a integração entre família, criança e natureza nos bairros de baixa renda.

A iniciativa engloba ações em áreas de risco de alguns distritos da capital paulista definidos como prioritários para a política de primeira infância¹⁰³. A proposta é garantir maior segurança e interatividade nos caminhos da criança pequena pelo território. Dois tipos de intervenção foram planejados: uma de segurança viária, que inclui a melhoria de calçadas e transporte público, e outra de criação de um caminho lúdico e interativo. A implementação desta iniciativa foi iniciada em 2019¹⁰⁴.

B) RECIFE

Na capital pernambucana, a iniciativa Urban95 começou em 2017. Ela é composta por dois projetos-pilotos de intervenções urbanísticas, iniciados em 2017, em dois bairros vulneráveis: Alto de Santa Terezinha e em Iputinga, e por um terceiro projeto, iniciado em 2020, que tem como objetivo maximizar políticas públicas da Prefeitura do Recife que desenvolvem ações para primeira infância, a exemplo do Programa Mais Vida nos Morros¹⁰⁵. Os dois projetos de 2017 iniciaram com pesquisas exploratórias: as famílias com crianças pequenas e gestantes foram entrevistadas para chegar a um diagnóstico do território e entender como elas interagem com o espaço. Concluiu-se que as crianças passavam grande parte de seu tempo livre brincando ou usando equipamentos eletrônicos, sem acesso a parques ou brincadeiras ao ar livre¹⁰⁶.

Em Recife, a proposta de promover o desenvolvimento da primeira infância é uma política pública intersetorial. As intervenções para promover o desenvolvimento da primeira infância nos bairros incluem a escuta às famílias para o levantamento de prioridades, a ênfase no brincar livre, a reconfiguração de centros de convivência e espaços públicos, assim como a realização de eventos para envolver a comunidade e disseminar a importância desta iniciativa para as crianças.

Em seguida, passou-se a uma etapa de planejamento colaborativo que contou com oficinas e reuniões com moradores e também com intervenções de urbanismo tático, influenciadas por essa primeira etapa, em praças e nos caminhos mais utilizados pelas famílias para percorrer o território¹⁰⁷. Por meio do diálogo com os moradores nas reuniões, da observação do uso nas intervenções efêmeras realizadas e das diretrizes do Urban95 foram desenvolvidos projetos para praças nas duas localidades. A primeira praça foi entregue aos moradores em outubro de 2020 e as outras duas, em janeiro de 2021. Ao longo dos dois projetos foram realizados eventos, oficinas e intervenções pontuais no espaço para divulgar a importância do desenvolvimento integral na primeira infância e envolver a comunidade na temática e na iniciativa que mobilizaram mais de duas mil pessoas nos bairros entre crianças e cuidadores.

Em cada bairro, a iniciativa apresentou peculiaridades. No Alto de Santa Terezinha, o piloto foi vinculado a uma reconfiguração do Centro Comunitário da Paz (Compaz) Eduardo Campos¹⁰⁸. Foram realizadas intervenções para aumentar a acessibilidade ao Centro para crianças pequenas e suas famílias, com a instalação de trocadores em alguns banheiros, de brinquedos e da separação de um espaço para as crianças menores na biblioteca. Também foi modificada a área ao redor do Compaz, com a instalação de corrimões e jardins. Já no bairro de Iputinga, as intervenções incluíram a ligação de serviços públicos – escola, creche, posto de saúde e parque Capibaribe –; a requalificação de espaços urbanos, em especial duas praças; a melhoria de calçadas e cruzamentos; e o desenvolvimento de uma ciclovia na rua principal¹⁰⁹.

O terceiro projeto, iniciado em 2020, se beneficiou de programas anteriores, como o Mais Vida nos Morros, que desde 2016 requalifica áreas de encostas.

Até o fim de 2020, 55 comunidades haviam recebido intervenções do programa com recuperação de espaços públicos, incluindo pintura de encostas, calçadas e muros, seguindo um processo de planejamento e implementação em conjunto com a comunidade. Desde 2018, o programa incorporou em suas intervenções urbanísticas um olhar para a primeira infância, que surgiu a partir de um contato com a equipe da Fundação Bernard van Leer¹⁰. O objetivo é transformar os espaços públicos em “lugares de aprendizagem e do brincar livremente”¹¹. Há sinais de que isso vem ocorrendo: em uma das áreas revitalizadas, houve um aumento na quantidade de crianças que usam o espaço público para brincar, de 8% para 53%, após a intervenção¹². No escopo do projeto estão a formalização da metodologia participativa do programa e a entrega até julho de 2021 de espaços de leitura voltados para a primeira infância nos territórios beneficiados pelo programa.

C) BOA VISTA

Na capital de Roraima, o projeto Caminhos da Primeira Infância¹³, iniciado em 2017, foi a primeira fase de uma parceria do município de Boa Vista com o Urban95. Este projeto faz parte de uma série de ações e políticas públicas e investimentos realizadas pela prefeitura em intervenções urbanísticas, como reforma de praças, de hospitais e de unidades básicas de saúde, construção de creches, pinturas e outras manifestações artísticas nas calçadas e nos muros, melhoria nas calçadas e cruzamentos e nas rotas de acesso a equipamentos públicos frequentados por crianças, como unidades de saúde, Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), centro do programa Família que Acolhe e creches¹⁴. Nove bairros da capital já receberam intervenções – Dr. Airton Rocha, Nova Cidade, Paraviana, 13 de Setembro, Cinturão Verde, Cidade Satélite, Dr. Silvio Leite, Laura Moreira e Buritis¹⁵.

Por meio do projeto Caminhos da Primeira Infância, o município de Boa Vista confirma a opção por investir no desenvolvimento da criança pequena e no apoio às suas famílias. Para tanto, realiza intervenções urbanísticas em diversos bairros e implementa políticas e serviços buscando tornar a cidade mais acolhedora e segura para esses públicos e também mais lúdica.

Em 2019, uma segunda fase do projeto dá continuidade ao fortalecimento das políticas públicas para a primeira infância: o *ScaleUp Urban95*, que visa promover o desenvolvimento da primeira infância de Boa Vista, especificamente em gestantes e crianças de 0 a 6 anos em parceria com a AVSI Brasil. Os objetivos incluem fortalecer o desenvolvimento da primeira infância em Boa Vista, ampliar a rede de atendimento para crianças, principalmente para as crianças migrantes; gerenciamento de informações para reduzir os casos de extrema vulnerabilidade; tomada de decisão e criação de políticas públicas baseadas no cruzamento de dados; e engajamento da sociedade local, por meio da sensibilização quanto à importância da primeira infância¹¹⁶.

A cidade recebeu, ainda, outras intervenções, como a restauração de espaços públicos, incluindo praças e o Complexo Ayrton Senna¹¹⁷; a criação de espaços para brincar em unidades de saúde, secretarias de governo e na sede da prefeitura¹¹⁸; e a reforma de pontos de ônibus – para que se tornassem mais atraentes para as famílias e crianças pequenas¹¹⁹, com espaço para divulgação de informações sobre a primeira infância e imagens que estimulam a brincadeira da criança pequena e sua interação com o cuidador¹¹⁷.

Por fim, o projeto Selvinha Amazônica distribuiu, por oito praças, esculturas interativas de animais amazônicos em grande escala, aumentando a atratividade das praças para a comunidade local e possibilitando um uso diferente do espaço¹²⁰.

BONS EXEMPLOS NO BRASIL



URBAN95

Boa Vista-RR

Manifestações artísticas em calçadas e muros, melhoria nos cruzamentos de veículos, oferta de serviços básicos para a primeira infância, restauração de espaços públicos, reforma de pontos de ônibus para torná-los mais amigáveis às crianças e melhoria de praças com brinquedos.



URBAN95

Recife-PE

Intervenções urbanísticas em praças e nos caminhos percorridos pelas famílias em bairros da capital pernambucana.



TERRITÓRIOS EDUCADORES

São Paulo-SP

Intervenções na capital paulista para aumentar a segurança viária e enriquecer os caminhos percorridos por crianças em seu dia a dia, com propostas lúdicas e interativas.

Os três exemplos citados são bastante diferentes, a começar pela escala dos projetos e o tipo de público afetado: enquanto Boa Vista renovou 17 praças, com impacto potencial sobre uma grande parte de sua população, Recife investiu em projetos menores, fora da região central. Mas não é só isso. Os modelos lógicos das intervenções são bastante diversos – e, portanto, são também distintas as evidências necessárias para a concepção e implementação de cada uma, bem como para lidar com os desafios que tendem a surgir durante a implementação.

O território tem um papel-chave no desenvolvimento integral infantil e, portanto, o desenho das intervenções urbanísticas precisa levar em conta as crianças. É importante frisar que avaliações de impacto e avaliações de implementação são essenciais para entender a efetividade de uma política pública.

Optou-se por apresentar uma gama variada de políticas, pois elas têm em comum a ideia de que o território e o desenvolvimento integral infantil estão intrinsecamente ligados. O território tem um papel-chave no desenvolvimento integral infantil e, portanto, as intervenções urbanísticas precisam levar em conta as crianças quando são desenhadas. Todas essas iniciativas são um demonstrativo do potencial de políticas urbanas para promover o desenvolvimento integral infantil.

Além disso, essas iniciativas têm desafios em comum: por se tratar, muitas vezes, de intervenções no espaço, tais projetos estão expostos a todo tipo de intempérie, depredação e vandalismo. Por isso, sua manutenção necessita de apoio – e recursos – do governo e também do apoio da população local. Aqui, cabe citar o caso de Boa Vista, onde reformas em pontos de ônibus, realizadas pelo governo municipal, tiveram como efeito secundário a “adoção” de alguns pontos por moradores, que os limpavam e cuidavam deles, contribuindo para a manutenção do equipamento¹²¹.

Por serem intervenções em territórios, precisam contar com o apoio da comunidade local, o que pode exigir, por exemplo, negociações com redes locais de poder (formais e informais), como ocorreu em Iputinga, no Recife. Por fim, são projetos que exigem a coordenação e cooperação de diferentes secretarias, nem sempre acostumadas a trabalhar em conjunto e, muitas vezes, pouco mobilizadas para a causa da primeira infância. Para envolvê-las, pode ser preciso investir em formação e na disseminação de

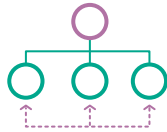
conhecimento, como foi feito em Boa Vista, ou pensar em estruturas formais de coordenação – comitês que acompanhem e possam garantir o bom andamento do processo –, como ocorreu em Recife. Todas essas dificuldades podem explicar por que foram localizados tão poucos casos no país.

É preciso ainda lembrar que não temos resultados de avaliações de impacto de nenhum desses projetos – o que é esperado, dado que esses programas estão ainda em fase de implementação¹²². Entretanto, é importante frisar que análises desse gênero são essenciais para entender a efetividade de uma política pública. Não só a mensuração do impacto, as avaliações de implementação¹²³ são importantes e podem trazer ideias para a condução de um projeto – além de, potencialmente, influenciar outros gestores públicos na concepção e na implementação de outras políticas. ♥

RECOMENDAÇÃO PARA OS GESTORES



1. Fazer um diagnóstico da situação local com a participação da comunidade.



2. Planejar uma estrutura de governança que permita a coordenação e cooperação entre os envolvidos.



3. Promover formações com as equipes que trabalharão no projeto sobre desenvolvimento infantil integral.



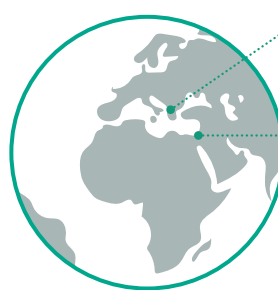
4. Estudar outras práticas inovadoras.



5. Monitorar e avaliar.

MUNDO AFORA

Para mais informações sobre intervenções em bairros e territórios vislumbrando o desenvolvimento da primeira infância, procure pela experiência da iniciativa **Urban95 em Israel** e pelo trabalho de Erion Veliaj, prefeito de Tirana (**Albânia**), e sua revolução pela infância no site da **Fundação Bernard van Leer**: <https://bernardvanleer.org/pt-br/>



TRABALHO DE ERION VELIAJ
Albânia



URBAN95
Israel

05

CONCLUSÃO

PARA FAZER VALER AS ÓTIMAS INTENÇÕES DE LEIS NACIONAIS EM RELAÇÃO ÀS CRIANÇAS, É CRUCIAL PENSAR NOS EFEITOS DO **BAIRRO** SOBRE O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL INFANTIL E IMPLEMENTAR POLÍTICAS QUE CONSIDEREM ESSA QUESTÃO.

PROCUROU-SE INSPIRAR GESTORES PÚBLICOS QUE QUEIRAM TRABALHAR O TERRITÓRIO COMO UMA IMPORTANTE DIMENSÃO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL INTEGRAL, O QUE PODE OCORRER POR MEIO DE POLÍTICAS DIVERSAS, DE DIFERENTES ESCALAS E FOCADAS EM DIFERENTES ASPECTOS DOS CUIDADOS COM A PRIMEIRA INFÂNCIA.

A PRIMEIRA INFÂNCIA DEVE ESTAR NO TOPO DAS PRIORIDADES EM DIVERSAS ÁREAS – INCLUINDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS.

O BRASIL POSSUI UMA LEGISLAÇÃO AVANÇADA QUANTO À TEMÁTICA DA PRIMEIRA INFÂNCIA – o Marco Legal da Primeira Infância, aprovado em 2016, é um exemplo mundial. Ao mesmo tempo, é também uma nação com alguns dos maiores índices de desigualdade do planeta, inclusive em termos espaciais, com uma segregação física marcante dos cidadãos mais pobres, o que prejudica muito as oportunidades das crianças brasileiras.

Para fazer valer as ótimas intenções de leis nacionais em relação às crianças, portanto, é crucial pensar nos efeitos do bairro sobre o desenvolvimento infantil integral e implementar políticas que considerem essa questão. Este Texto para Discussão é uma primeira aproximação em relação a este assunto. Seu objetivo é difundir evidências a respeito dos efeitos do bairro sobre a primeira infância e observar iniciativas brasileiras inovadoras de transformar o espaço para garantir o desenvolvimento integral infantil.

Não há como negar que o maior impacto sobre o desenvolvimento infantil integral decorre das características familiares, mas os estudos apresentados mostram que a influência do bairro não pode ser desprezada. Alguns potenciais danos associados a condições adversas do bairro podem não ser compensados integralmente pelas famílias. Embora as evidências mais fortes estejam relacionadas a fatores socioeconômicos, que não podem ser modificados por intervenções urbanísticas, há muitos sinais da importância das redes de apoio social – e isto, sim, poderia ser incentivado por alterações no espaço dirigidas a promover o maior convívio entre as famílias de um bairro.

Quanto ao espaço físico, as evidências confirmam a intuição de que há uma forte correlação entre a moradia da criança e seu desenvolvimento, contudo elas são bem menos robustas quando se trata de características físicas do entorno. E são ainda mais raros os indícios de relação entre a provisão de serviços de utilidade pública e o desenvolvimento integral infantil.

Isso não quer dizer obrigatoriamente que essas relações não existam, mas sim que são necessários mais estudos para que se obtenham resultados mais conclusivos nesse campo de pesquisa. Ainda que as evidências sejam insuficientes, é importante destacar que aquelas que já estão disponíveis permitem conhecer as características dos bairros associadas a um bom desenvolvimento integral infantil. E esta relação já pode contribuir para a formulação e a implementação de políticas públicas mais focadas. As pesquisas também apontam a importância de considerar a influência do território em todas as políticas públicas¹²⁴ – como já é realizado com a saúde e a assistência social.

Com os casos práticos apresentados neste Texto para Discussão, procurou-se inspirar gestores públicos que queiram trabalhar o território como uma importante dimensão do desenvolvimento infantil integral. Entendemos que isso pode ocorrer por meio de políticas diversas, de diferentes escalas e focadas em diferentes aspectos dos cuidados com a primeira infância. Ao compartilhar e divulgar esses projetos, o objetivo é contribuir com a implementação de iniciativas similares ou com a reconfiguração de outras já existentes.

É sabido que existem restrições orçamentárias e os gestores precisam fazer escolhas sobre a alocação de recursos. Para que essas escolhas sejam as mais eficientes, é preciso que haja evidências mais robustas sobre o custo-benefício de investimentos urbanos voltados para a primeira infância.

Por outro lado, é possível incorporar o olhar da primeira infância em qualquer intervenção urbanística, sem que isso acarrete necessariamente adicionar recursos financeiros ao projeto. O ponto seria encontrar modos de fazer isso. Uma forma de pensar nesse tema é considerar que, nas questões urbanas, muitas vezes é preciso lidar com uma questão essencialmente distributiva. A divisão do espaço viário é um exemplo: a decisão entre gastar recursos fazendo vias para automóveis ou calçadas para crianças envolve duas políticas distintas que, potencialmente, poderiam ter exatamente o mesmo custo. Se há alguma evidência de que aumentar o espaço viário

dedicado às crianças melhora o desenvolvimento integral infantil, temos mais um argumento a favor dessa distribuição do espaço público. Esse tipo de decisão já não envolve uma presunção de que os recursos são infinitos, mas sim que a política pública deve decidir quais são as suas prioridades.

Acreditamos e defendemos que a primeira infância deve estar no topo das prioridades em diversas áreas – incluindo as políticas públicas urbanas, como procuramos destacar neste Texto para Discussão. Esperamos que ele ajude a estimular o início de uma nova leva de políticas públicas na escala do urbano, que levem em conta também as necessidades e desejos da primeira infância. ♥

NOTAS

- 1** A comprovação da importância da primeira infância para a formação do indivíduo vem tanto de estudos sobre o desenvolvimento integral infantil (*Center on the Developing Child at Harvard University, 2010*) quanto de pesquisas na área de economia e capital humano (Heckman, 2008). O primeiro *Working Paper* do Núcleo Ciência Pela Infância, “O impacto do desenvolvimento na primeira infância sobre a aprendizagem”, trata desta questão (Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância, 2014).
- 2** Shonkoff JP, Phillips DA (2000).
- 3** Para mais informações sobre este tema, vide outros *Working Papers* do Núcleo Ciência Pela Infância, como “Importância dos vínculos familiares na primeira infância” e “Funções executivas e desenvolvimento na primeira infância: habilidades necessárias para a autonomia”.
- 4** Heckman (2006; 2008).
- 5** Grantham McGregor; Cheung; Cueto; Glewwe; Richter; Strupp, 2007.
- 6** D’Abreu e Marturano, 2010.
- 7** Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância, 2016.
- 8** Shonkoff JP, Phillips DA (2000), *Center on the Developing Child at Harvard University* (2010), Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância (2014).
- 9** Para Caughey et. al. (2013), essa é a extensão que importa para a criança pequena.
- 10** Conforme definição da Fundação Bernard van Leer.
- 11** Estimativa com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) 2019, realizada pelo Centro de Políticas Públicas do Insper.
- 12** Brooks-Gunn, Duncan, Maritato (1997).
- 13** Uma análise desse fenômeno, no contexto norte-americano, pode ser encontrada em Heckman (2011).
- 14** Vide, para o caso de São Paulo, Marques e Torres (2004).
- 15** Torres (2004).
- 16** Marques e Torres (2004).
- 17** São classificados como domicílios pobres aqueles cuja renda domiciliar per capita era menor ou igual às linhas de pobreza definidas por Sônia Rocha (Iets) e Samuel Franco (Iets/Oppen Social), atualizadas para valores de 2019 com base no IPCA. As linhas de pobreza estão disponíveis em: <https://www.iets.org.br/spip.php?article406>. (14) Torres (2004).
- 18** IBGE (2017).
- 19** A maior referência neste sentido é o trabalho de W.J. Wilson, *The Truly Disadvantaged: The Inner City, the Underclass, and Public Policy* (“Os reais desfavorecidos: o centro da cidade, a classe mais pobre e a política pública”, em tradução livre).
- 20** Bronfenbrenner (1979).
- 21** Nesse estudo, classificamos o bairro como um microsistema, seguindo Leventhal e Brooks-Gunn (2000) e Minh et al., (2017).
- 22** Para duas meta-análises, vide Leventhal e Brooks-Gunn (2000) e Sampson et. al. (2002).
- 23** Para chegar a essa divisão, os autores partiram da literatura teórica e empírica sobre o tema, assim como da opinião de especialistas, de modo a produzir um modelo que conseguisse cobrir todas as características e os processos que ocorrem em uma vizinhança e afetam o desenvolvimento integral infantil. Para entender sua construção, vide Goldfeld et. al. (2015).
- 24** Para este levantamento foram pesquisados os termos “bairro e primeira infância” – tanto em inglês (*neighborhood* e *early childhood*) quanto em português – em bases de dados acadêmicas. O foco foram artigos publicados em revistas, não trabalhos apresentados em congressos, nem tampouco teses e dissertações. Foram selecionados apenas os trabalhos que analisam resultados em crianças entre 0 e 6 anos de idade publicados entre 1999 e 2019 em bases de dados nacionais e internacionais. Originalmente, foram encontrados 2.356 artigos. Após a eliminação de artigos duplicados e de capítulos de livros, sobraram 1.237 artigos. Os resumos desses artigos foram lidos e, a partir daí, chegou-se a uma seleção de 99 artigos, que foram avaliados em sua totalidade para checar sua pertinência ao estudo. Ao final, 57 artigos entraram na análise.
- 25** Para operacionalizar esse conceito, foram analisados artigos que tratam a vizinhança como *census tract* (setor censitário, áreas estabelecidas pelo Censo para analisar populações), ou que partem do autorrelato, através de questionamentos quanto à vizinhança como percebida pelo entrevistado.

- 26** Medido por instrumentos como o *Early Development Instrument* e Escala Bayley de Desenvolvimento para Bebês e Crianças. Conforme Millbrath e Guhn (2019), Brownell (2016), Lovasi et. al. (2011).
- 27** Medida em testes de proficiência em leitura e/ou matemática no início da vida escolar. Coulton et al. (2016); Morrissey e Vinopal (2018); Wolf, Magnuson e Kimbro (2017); Benson e Borman (2010); Kohen et. al. (2002); Hanson et. al. (2011); Caughy e O'Campo (2006); Vaden-Kiernan et. al. (2010).
- 28** Medida em testes de vocabulário, como o Teste de Vocabulário Peabody. De acordo com Kohen et. al. (2009) e Vaden-Kiernan et. al. (2010). Mas Kohen, Leventhal, Dahinten, and McIntosh (2008) não encontram evidências estatisticamente significativas.
- 29** Mensurada, nesse estudo, pelo *Early Development Instrument*. Para saber mais, veja: <https://edi.offordcentre.com/>. Kershaw (2007).
- 30** Kershaw (2007).
- 31** Kohen et. al. (2009) e Hanson et. al. (2011).
- 32** Quando reportados pelos professores, Wolf, Magnuson e Kimbro, (2017), e Shaw et. al. (2016), ou pelos pais, Shaw et. al. (2016).
- 33** Heberle et. al. (2014).
- 34** Odgers et. al. (2012).
- 35** De acordo com Vaden-Kiernan et. al. (2010). Mas Kohen, Leventhal, Dahinten, and McIntosh (2008) não encontram evidências estatisticamente significativas.
- 36** Medida pela proporção de pessoas com diploma universitário e de pessoas em cargos de gerência.
- 37** Carpiano et. al. (2008). Já Kershaw (2007) encontra relação positiva com a habilidade de comunicação e maturidade emocional.
- 38** Anderson et. al. (2019), Anderson, Leventhal e Dupéré (2014), Vaden-Kiernan et. al. (2010). Entretanto, Kingston et. al. (2013) não encontra tais evidências.
- 39** Hurt e Betancourt (2017).
- 40** Lovasi et. al. (2011) e todas as referências que analisam a relação entre essa dimensão e as habilidades cognitivas.
- 41** Shaw et. al. (2016).
- 42** Roos, Wall-Wieler e Lee. (2019).
- 43** Hart, Atkins e Matsuba (2008); Palamar et. al. (2015); Odgers et. al. (2012).
- 44** Em Hart, Atkins e Matsuba (2008) e Palamar et. al. (2015) o efeito continua estatisticamente significativo. Em Odgers et. al. (2012), não.
- 45** Morrissey e Vinopal (2018).
- 46** Britto et al. 2017
- 47** Goldfeld et. al. (2015) inclui violência tanto na dimensão física quanto no social. Mas assumiremos que no caso da violência física, entram medidas relativas ao vandalismo e todo o restante de crimes.
- 48** Coley, Lynch e Kull (2015), Pei et. al. (2019) encontram relação significativa, mas Barbarin et. al. (2006) não encontram.
- 49** Kohen et. al. (2002), Froiland (2019), McWayne et. al. (2007) e Barbarin et. al. (2006) – apenas para vocabulário receptivo. Já Fantuzzo et. al. (2005) não encontram relação nenhuma.
- 51** Incluindo aqui vandalismo, sensação de segurança e percepção de atividades relacionadas ao tráfico e uso de drogas.
- 52** St John e Tarullo (2019). É interessante que os autores encontram evidência de associação entre uma variável reportada pelos pais de qualidade do bairro e as funções executivas da criança, mas não encontram tal relação quando usam uma medida objetiva de pobreza.
- 53** Callahan et. al. (2011).
- 54** Ma, Grogan-Kaylor e Lee (2018).
- 55** Briggs-Gowan, Carter e Ford (2012). Essas relações, entretanto, tornavam-se não significativas quando sintomas de estresse pós-traumático aos 3 anos eram acrescentados à análise. A hipótese dos autores é de que os traumas mediarão a relação entre exposição da criança à violência – no bairro ou mesmo na família – e o seu desenvolvimento.
- 56** Blair e Ford (2019) trazem essa evidência quando se consideram também o nível de desordem física do bairro e a coesão e eficácia coletiva do bairro, além de controlar por características das famílias.
- 57** Aikens e Barbarin (2008).
- 58** Callahan et. al. (2011), apesar de encontrarem evidências de relação quando se considera o total de problemas de comportamento.
- 59** Baker (2015).
- 60** Medida aqui como um indicador que incluía a desordem social e física do bairro, o medo de retaliação e de vitimização.
- 61** Caughy e O'Campo (2006).
- 62** Fedor, Bender e Carlson (2010).
- 63** Maia e Williams, 2005.
- 64** Como crime ou proteção policial adequada.
- 65** Colder et. al. (2006). Mas para crianças que na primeiríssima infância eram caracterizadas por serem pouco medrosas e muito sorridentes, mesmo controlando por renda familiar.

- 66** Kiernan et. al. (2008).
- 67** Shin et. al. (2019).
- 68** Baydar e Akcinar (2015).
- 69** Ma e Klein (2018), Ma e Grogan-Kaylor (2017), Ma (2016) e Caughy e O'Campo (2006).
- 70** Kohen et. al. (2002).
- 71** Ma, Grogan-Kaylor e Lee (2018) incluem, além da eficácia coletiva, autorrelatos de violência.
- 72** Callahan et. al. (2011) tampouco encontraram relação ao considerar também o uso de práticas parentais severas.
- 73** Da Rocha Neves et. al. (2016).
- 74** Como a quantidade de moradias alugadas e moradias do governo.
- 75** Incluindo tanto medidas de sua qualidade quanto da densidade dessas moradias e da existência de prédios *versus* casas.
- 76** Incluindo a existência de parques, praças e áreas verdes, além de medidas de qualidade destas. Também contam a existência, e qualidade, de outros equipamentos recreativos.
- 77** E também quão caminhável é o bairro.
- 78** Villanueva et. al. (2019).
- 79** Villanueva et. al. (2019).
- 80** Especificamente habitações sociais que sejam prédios e tenham alta densidade. Veja Villanueva et. al. (2019).
- 81** Lovasi et. al. (2011).
- 82** Christian et al. (2017).
- 83** Maior densidade de propriedades condenadas, com alta incidência de incêndios domésticos e com maior proporção de crianças com maiores níveis de chumbo que o permitido. McWayne et. al. (2007) e Fantuzzo et. al. (2005).
- 84** Da Rocha Neves et. al. (2016). Aqui, apesar de se estar controlando por características das crianças, não há controle para o nível socioeconômico, apenas para condições da moradia da criança.
- 85** Islam MZ, Johnston J, Sly PD. *Green space and early childhood development: a systematic review. Rev Environ Health.* 2020;35(2):189-200. doi:10.1515/reveh-2019-0046
- 86** Para o Reino Unido, Flouri, Midouhas e Joshi (2014) concluem isso analisando a proporção de áreas de verdes em bairros e Christian et al. (2017) fazem essa análise para a Austrália considerando a existência de áreas de conservação e pequenos parques.
- 87** No caso desse estudo, famílias pobres são definidas como aquelas que não são donas de suas casas, que vivem em casas superlotadas (com mais de 1,5 pessoa por cômodo, excluindo o banheiro e a cozinha), que recebem alguma transferência de renda ou que estão abaixo da linha de pobreza (Flouri, Midouhas e Joshi, 2014).
- 88** Flouri, Midouhas e Joshi (2014).
- 89** Flouri, Midouhas e Joshi (2014).
- 90** Medidos via EDI (*Early Development Instrument*), um instrumento de avaliação do desenvolvimento de crianças pequenas criado por uma universidade canadense.
- 91** Christian et al. (2017).
- 92** Christian et al. (2017).
- 93** Da Rocha Neves et. al. (2016) e Christian et al. (2017).
- 94** Baydar e Akcinar (2015).
- 95** Britto et al, 2017.
- 96** Goldfeld et. al. (2015).
- 97** Exceto por um estudo, todas as evidências aqui apresentadas foram resultado de pesquisas feitas em países desenvolvidos.
- 98** Veja a análise de Minh et. al. (2017) que realizou uma revisão sistemática desta literatura.
- 99** Vide, por exemplo, a discussão de Sampson et. al. (2002).
- 100** Saiba mais no guia *Cities Alive: designing for urban childhoods*, disponível em <https://www.arup.com/perspectives/publications/research/section/cities-alive-designing-for-urban-childhoods>.
- 101** No artigo 17. Documento disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm.
- 102** As informações sobre essa iniciativa foram coletadas em entrevista com Karina Tollara d'Alkimin, da Coordenação da Política Municipal de Primeira Infância.
- 103** Definidas a partir do número de acidentes viários e da presença de escolas e creches, além de uma consulta a outros órgãos do governo – como a Secretaria de Educação e a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET).
- 104** Informação obtida com Karina Tollara d'Alkimin, da Coordenação da Política Municipal de Primeira Infância em setembro de 2020. O projeto sofreu atraso no ano de 2020 por conta da pandemia da Covid-19.
- 105** As informações sobre essa iniciativa foram coletadas em entrevista com Ana Roberta Siqueira Souto e equipe da Agência Recife para Inovação e Estratégia (Aries).
- 106** Resultados de pesquisas da Aries, parceira na implementação do projeto no Recife. Essas informações foram retiradas de um estudo de caso elaborado pelo *Innovations for Successful Societies* (Inovações para sociedades bem-sucedidas) da Universidade de Princeton. Saiba mais em Steiden (2019).

107 Os projetos sofreram atrasos por conta da pandemia da Covid-19. Informação obtida com Pedro Mazzarolo, Gerente de Projetos da Agência Recife para Inovação e Estratégia (Aries) em outubro de 2020.

108 Equipamento urbano da prefeitura já existente, focado em ações para jovens relacionadas à Cultura da Paz.

109 Steiden (2019a).

110 A Fundação Bernard van Leer apoia financeiramente o programa atualmente.

111 Apresentação Conferência Ethos.

112 Apresentação Conferência Ethos. Amostra de um terço das famílias de Burity – escolhidas de forma aleatória.

113 Steiden (2019b).

114 Informações da Prefeitura de Boa Vista, coletadas em entrevista realizada em janeiro de 2020 com Andréia Neres, secretária adjunta da Secretaria Municipal de Projetos Especiais (SMPE).

115 Ibidem. Os bairros que já receberam Caminhos da Primeira Infância incluem Dr. Airton Rocha e Paraviana, além do Nova Cidade. Em contato em setembro de 2020, a secretária adjunta Andréia Neres indicou que novos Caminhos já estão em implementação.

116 Informações da AVSI Brasil no projeto Scale-up Urban95 Boa Vista.

117 Informações da Prefeitura de Boa Vista em entrevista realizada em janeiro de 2020 com Andréia Neres, secretária adjunta da Secretaria Municipal de Projetos Especiais (SMPE).

118 Ibidem.

119 Steiden (2019b).

120 Ibidem.

121 Ibidem.

122 Cabe mencionar que, no caso de Recife, foi realizada uma avaliação de linha de base – antes da implementação do projeto – e será realizada uma avaliação de seguimento. Assim, poderemos contar com evidências da eficácia de uma iniciativa do Urban95 no Brasil.

123 Segundo entrevista com Fernanda Vidigal, coordenadora de programas da Fundação Bernard van Leer, tanto os projetos de Recife quanto de Boa Vista estão passando por um processo de avaliação de sua implementação.

124 Como defendido por Torres (2004).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIKENS, N. L.; BARBARIN, O. **Socioeconomic differences in reading trajectories: The contribution of family, neighborhood, and school contexts.** *Journal of Educational Psychology*, v. 100, n. 2, p. 235–251, 2008.

ANDERSON, S.; LEVENTHAL, T.; DUPÉRÉ, V. **Exposure to Neighborhood Affluence and Poverty in Childhood and Adolescence and Academic Achievement and Behavior.** *Applied Developmental Science*, v. 18, n. 3, p. 123–138, jul. 2014.

ANDERSON, S.; JOHNSTON, W.; LEVENTHAL, T. **When neighborhoods matter: Developmental timing and youth reading achievement and problem behaviors.** *Social Science Research*, v. 81, p. 1–11, jul. 2019.

BAKER, C. E. **Does Parent Involvement and Neighborhood Quality Matter for African American Boys' Kindergarten Mathematics Achievement?** *Early Education and Development*, v. 26, n. 3, p. 342–355, abr. 2015.

BAYDAR, N.; AKCINAR, B. **Ramifications of socioeconomic differences for three-year-old children and their families in Turkey.** *Early Childhood Research Quarterly*, v. 33, p. 33–48, 2015.

BARBARIN, O. et al. **Children Enrolled in Public Pre-K: The Relation of Family Life, Neighborhood Quality, and Socioeconomic Resources to Early Competence.** *American Journal of Orthopsychiatry*, v. 76, n. 2, p. 265–276, 2006.

BENSON, J.; BORMAN, G. D. **Family, Neighborhood, and School Settings Across Seasons: When Do Socioeconomic Context and Racial Composition Matter for the Reading Achievement Growth of Young Children?** *Teachers College Record*, v. 112, n. 5, p. 1338–1390, 2010.

BERLINSKI, S.; SCHADY, N. (ed) **The Early Years: Child Well-being and the Role of Public Policy.** Palgrave Macmillan. 2015.

BLAIR, L. M.; FORD, J. L. **Neighborhood Context and the Risk for Developmental Disabilities in Early Childhood.** *Maternal and Child Health Journal*, v. 23, n. 9, p. 1213–1219, set. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. Brasília, DF. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZNRppR>>. Acesso em: jan. 2021.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Saúde da criança: acompanhamento do crescimento e desenvolvimento integral infantil. 2002. Disponível em: <<https://bit.ly/3qg4S4u>>. Acesso em: jan. 2021.

BRIGGS-GOWAN, M. J.; CARTER, A. S.; FORD, J. D. **Parsing the Effects Violence Exposure in Early Childhood: Modeling Developmental Pathways.** *Journal of Pediatric Psychology*, v. 37, n. 1, p. 11–22, jan. 2012.

BRITTO, P. et al. **Nurturing care: promoting early childhood development.** *The Lancet*, v. 389, n. 10064, p. 91–102, 2017.

BROWNELL, M. D. et al. **A population-based analysis of factors that predict early language and cognitive development.** *Early Childhood Research Quarterly*, v. 35, p. 6–18, 2016.

BRONFENBRENNER, U. **The ecology of human development: Experiments by nature and design.** Cambridge/MA: Harvard University Press. 1979.

BROOKS-GUNN, J.; DUNCAN, G.; MARITATO, R. **Poor families, poor outcomes: The well-being of children and youth.** Em Duncan, GJ.; Brooks-Gunn, J., editors. *Consequences of growing up poor.* New York: Russell Sage Foundation. 1997.

CALLAHAN, K. L. et al. **Neighborhood disadvantage as a moderator of the association between harsh parenting and toddler-aged children's internalizing and externalizing problems.** *Journal of Family Psychology*, v. 25, n. 1, p. 68–76, 2011.

CARPIANO, R. M.; LLOYD, J. E. V.; HERTZMAN, C. **Concentrated affluence, concentrated disadvantage, and children's readiness for school: A population-based, multi-level investigation.** *Social Science & Medicine*, v. 69, n. 3, p. 420–432, ago. 2009.

CAUGHY, M. O.; O'CAMPO, P. J. **Neighborhood Poverty, Social Capital, and the Cognitive Development of African American Preschoolers.** *American Journal of Community Psychology*, v. 37, n. 1–2, p. 141, 2006.

CAUGHY, M. et al. **Defining neighborhood boundaries in studies of spatial dependence in child behavior problems.** *International Journal of Health Geographics*, v. 12, n. 24, 2013.

CENTER ON THE DEVELOPING CHILD AT HARVARD UNIVERSITY. **The Foundations of Lifelong Health Are Built in Early Childhood.** [S.l.]: Harvard University. 2010. Disponível em: <https://developingchild.harvard.edu/wp-content/uploads/2010/05/Foundations-of-Lifelong-Health.pdf>.

CHRISTIAN, H. et al. **Relationship between the neighbourhood built environment and early child development.** *Health & Place*, v. 48, p. 90–101, nov. 2017.

COULTON, C. J. et al. **Temporal effects of distressed housing on early childhood risk factors and kindergarten readiness.** *Children and Youth Services Review*, v. 68, p. 59–72, set. 2016.

COLDER, C. R. et al. **Temperament in context: Infant temperament moderates the relationship between perceived neighborhood quality and behavior problems.** *Journal of Applied Developmental Psychology*, v. 27, n. 5, p. 456–467, set. 2006.

COLEY, R. L.; LYNCH, A. D.; KULL, M. **Early exposure to environmental chaos and children's physical and mental health.** *Early Childhood Research Quarterly*, v. 32, p. 94–104, 2015.

COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA. **Estudo nº 1: O Impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância sobre a Aprendizagem. 2014.** Disponível em: <https://ncpi.org.br/publicacoes/impactodesenvolvimento/>.

COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA. **Estudo nº 3: Funções Executivas e Desenvolvimento na Primeira Infância: Habilidades Necessárias Para a Autonomia. 2016.** Disponível em: https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Funcoes_executivas.pdf.

COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA. **Estudo 2: Importância dos vínculos familiares na primeira infância. 2016.** Disponível em: <https://ncpi.org.br/publicacoes/importancias-vinculos-familiares/>.

COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA. **Estudo impactos da estratégia saúde da família e desafios para o desenvolvimento integral infantil: estudo 5. 2019.** Disponível em: https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2019/12/AF_NCPI-WP_n5_2019_online_v2.pdf.

D'ABREU, Lylla Cysne Frota; MARTURANO, Edna Maria. **Associação entre comportamentos externalizantes e baixo desempenho escolar: uma revisão de estudos prospectivos e longitudinais.** *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 1, n. 15, p. 43–51, abr. 2010.

DA ROCHA NEVES, K. et al. **Growth and development and their environmental and biological determinants.** *Jornal de Pediatria*, v. 92, n. 3, p. 241–250, maio 2016.

FANTUZZO, J. W. et al. **Early childhood experiences and their kindergarten success: A population-based study of a large urban setting.** *School Psychology Review*, v. 34, n. 4, p. 571–588, 2005.

FEDOR, M. C.; BENDER, S. L.; CARLSON, J. S. **Examining Risk and Protective Factors in Head Start Populations Located in High- and Low-Violence Communities: Infants & Young Children**, v. 23, n. 3, p. 209–217, jul. 2010.

FLOURI, E.; MIDOUHAS, E.; JOSHI, H. **The role of urban neighbourhood green space in children's emotional and behavioural resilience.** *Journal of Environmental Psychology*, v. 40, p. 179–186, dez. 2014.

FROILAND, J. M. **Examining the Effects of Location, Neighborhood Social Organization, and Home Literacy on Early Cognitive Skills in the United States.** *International Journal of Psychology: A Biopsychosocial Approach*, v. 9, p.29–42, 2011.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional no Brasil 2015. Estatística & Informações, v. 6. 2018.** Disponível em <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=76871&codUsuario=0>

GOLDFELD, S. et al. **Neighbourhood Effects Influencing Early Childhood Development: Conceptual Model and Trial Measurement Methodologies from the Kids in Communities Study.** *Social Indicators Research*, v. 120, n. 1, 2015.

GRANTHAM-MCGREGOR, Sally; CHEUNG, Yin Bun; CUETO, Santiago; GLEWWE, Paul; RICHTER, Linda; STRUPP, Barbara. **Developmental potential in the first 5 years for children in developing countries.** *The Lancet*, [s.l.], v. 369, n. 9555, p. 60–70, jan. 2007.

HANSON, M. J. et al. **Neighborhood Community Risk Influences on Preschool Children's Development and School Readiness.** *Infants & Young Children*, v. 24, n. 1, p. 87–100, 2011.

HART, D.; ATKINS, R.; MATSUBA, M. K. **The association of neighborhood poverty with personality change in childhood.** *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 94, n. 6, p. 1048–1061, 2008.

HEBERLE, A. E. et al. **The Impact of Neighborhood, Family, and Individual Risk Factors on Toddlers' Disruptive Behavior.** *Child Development*, v. 85, n. 5, abr. 2014.

HECKMAN, J. **Skill Formation and the Economics of Investing in Disadvantaged Children.** *Science*, v. 312, p. 1900–2, 2006.

HECKMAN, J. J. **Schools, skills, and synapses.** *Economic Inquiry*, v. 46, n. 3, p. 289–324, jul. 2008.

HECKMAN, J. **The American Family in Black and White: A Post-Racial Strategy for Improving Skills to Promote Equality.** , no w16841.

Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, mar. 2011. Disponível em: < <http://www.nber.org/papers/w16841.pdf> >.

HURT, H.; BETANCOURT, L. M. **Turning 1 Year of Age in a Low Socioeconomic Environment: A Portrait of Disadvantage.** Behavioral Pediatrics, v. 38, n. 7, p. 8, 2017.

IBGE, Coordenação de Geografia. Tipologia Intraurbana: Espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 164p.

IBGE. **Aglomerados Subnormais 2019: Classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à Covid-19: notas técnicas.** IBGE. 2020.

ISLAM, M.Z., JOHNSTON, J., SLY, P.D.. **Green space and early childhood development: a systematic review.** Reviews on Environment Health, v. 35, n. 2, 2020.

KERSHAW, P. et al. **Toward a Social Care Program of Research: A Population-Level Study of Neighborhood Effects on Child Development.** Early Education & Development, v. 18, n. 3, p. 535–560, out. 2007.

KIERNAN, G. et al. **The school readiness of children living in a disadvantaged area in Ireland.** Journal of Early Childhood Research, v. 6, n. 2, p. 119–144, jun. 2008.

KINGSTON, S. et al. **Parent Involvement in Education as a Moderator of Family and Neighborhood Socioeconomic Context on School Readiness Among Young Children.** Journal of Community Psychology, v. 41, n. 3, p. 265–276, 2013.

KOHEN, D. E. et al. **Neighborhood income and physical and social disorder in Canada: Associations with young children's competencies.** Child Development, v. 73, n. 6, p. 1844–1860, 2002.

KOHEN, D. E., LEVENTHAL, T., DAHINTEN, V. S., MCINTOSH, C. **N. Neighborhood Disadvantage: Pathways of Effects for Young Children.** Child Development, v. 79, n. 1, p. 156–169, 2008.

KOHEN, D., OLIVER, L., PIERRE, F. **Examining the effects of schools and neighbourhoods on the outcomes of Kindergarten children in Canada.** International Journal of Speech-Language Pathology, v. 11, n. 5, p. 404–418, 2009.

LEVENTHAL, T.; BROOKS-GUNN, J. **The neighborhoods they live in: The effects of neighborhood residence on child and adolescent outcomes.** Psychological Bulletin, v. 126, n. 2, p. 309–337, 2000.

LOVASI, G. S. et al. **Chlorpyrifos Exposure and Urban Residential Environment Characteristics as Determinants of Early Childhood Neurodevelopment.** American Journal of Public Health, v. 101, n. 1, p. 63–70, jan. 2011.

MA, J. **Neighborhood and parenting both matter: The role of neighborhood collective efficacy and maternal spanking in early behavior problems.** Children and Youth Services Review, v. 70, p. 250–260, nov. 2016.

MA, J.; KLEIN, S. **Does Race/Ethnicity Moderate the Associations between Neighborhood and Parenting Processes on Early Behavior Problems?** Journal of Child and Family Studies, v. 27, n. 11, p. 3717–3729, nov. 2018.

MA, J.; GROGAN-KAYLOR, A. **Longitudinal associations of neighborhood collective efficacy and maternal corporal punishment with behavior problems in early childhood.** Developmental Psychology, v. 53, n. 6, p. 1027–1041, jun. 2017.

MA, J.; GROGAN-KAYLOR, A.; LEE, S. J. **Associations of neighborhood disorganization and maternal spanking with children's aggression: A fixed-effects regression analysis.** Child Abuse & Neglect, v. 76, p. 106–116, fev. 2018.

MAIA, J. M. D., WILLIAMS, L. C. de A.. **Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento integral infantil: uma revisão da área.** Temas psicol. [online], vol.13, n.2, pp. 91-103, 2005.

MARQUES, E.; TORRES, H. G. **Introdução.** Em Marques, E. ; Torres, H. G. São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Senac. 2004. pp. 9-17.

MCWAYNE, C. M. et al. **Employing community data to investigate social and structural dimensions of urban neighborhoods: An early childhood education example. American.** Journal of Community Psychology, v. 39, n. 1–2, p. 47–60, 2007.

MILBRATH, C.; GUHN, M. **Neighbourhood culture and immigrant children's developmental outcomes at kindergarten.** Early Childhood Research Quarterly, v. 48, p. 198–214, 2019.

MINH, A. et al. **A review of neighborhood effects and early child development: How, where, and for whom, do neighborhoods matter?** Health & Place, v. 46, p. 155–174, jul. 2017.

MORRISSEY, T. W.; VINOPAL, K. M. **Neighborhood Poverty and Children's Academic Skills and Behavior in Early Elementary School.** Journal of Marriage and Family, v. 80, n. 1, p. 182–197, 2018.

ODGERS, C. L. et al. **Supportive parenting mediates neighborhood socioeconomic disparities in children's antisocial behavior from ages 5 to 12.** Development and Psychopathology, v. 24, n. 3, p. 705–721, ago. 2012.

PALAMAR, J. J., et al. **Family and Neighborhood-Level Factors as Predictors of Conduct Problems in School among Young, Urban, Minority Children.** Behavioral Medicine, v. 41, n.4, p. 177-185, 2015.

PEI, F. et al. **The influences of neighborhood disorder on early childhood externalizing problems: The roles of parental stress and child physical maltreatment.** Journal of Community Psychology, v. 47, n. 5, p. 1105-1117, 2019.

RIBEIRO, C. A. C.. **Quatro décadas de mobilidade social no Brasil.** Dados, v.55, n.3, pp.641-679, 2012.

ROOS, L. L.; WALL-WIELER, E.; LEE, J. B. **Poverty and Early Childhood Outcomes.** Pediatrics, v. 143, n. 6, jun. 2019.

SAMPSON, R. J.; MORENOFF, J. D.; GANNON-ROWLEY, T. **Assessing “Neighborhood Effects”: Social Processes and New Directions in Research.** Annual Review of Sociology, v. 28, n. 1, p. 443-478, ago. 2002.

SHAW, D. S. et al. **Transactional effects among maternal depression, neighborhood deprivation, and child conduct problems from early childhood through adolescence: A tale of two low-income samples.** Development and Psychopathology, v. 28, n. 3, p. 819-836, 2016.

SHIN, E. K. et al. **Association of Maternal Social Relationships with Cognitive Development in Early Childhood.** JAMA Network Open, v. 2, n. 1, p. e186963, jan. 2019.

SHONKOFF, J. P.; PHILLIPS, D. A.; NATIONAL RESEARCH COUNCIL (U.S.) (Org.). **From neurons to neighborhoods: the science of early child development.** Washington, D.C: National Academy Press, 2000.

STEIDEN, B. **Governing from a Child’s Perspective: Recife, Brazil, Works To Become Family Friendly, 2017-2019, Innovations for Successful Societies, Princeton University, 2019.** Disponível em: <http://successfulesocieties.princeton.edu/>.

STEIDEN, B. **Reducing Inequality By Focusing On The Very Young: Boa Vista, Brazil, Deepens its Investment in Early Childhood Development, 2009-2016, Innovations for Successful Societies, Princeton University, 2019.** Disponível em: <http://successfulesocieties.princeton.edu/>.

ST. JOHN, A. M.; TARULLO, A. R. **Neighbourhood chaos moderates the association of socioeconomic status and child executive functioning.** Infant and Child Development, 2019.

TORRES, H. G. **Políticas Sociais e Território.** Em E. M. Haroldo Gama Torres, São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Senac. 2004. p. 297-314.




VADEN-KIERNAN, M. et al. **Neighborhoods as a Developmental Context: A Multilevel Analysis of Neighborhood Effects on Head Start Families and Children.** American Journal of Community Psychology, v. 45, n. 1, p. 49-67, 2010.

VILLANUEVA, K. et al. **Local Housing Characteristics Associated with Early Childhood Development Outcomes in Australian Disadvantaged Communities.** International Journal of Environmental Research and Public Health, v. 16, n. 10, p. 1719, 2019.

WOLF, S.; MAGNUSON, K. A.; KIMBRO, R. T. **Family poverty and neighborhood poverty: Links with children’s school readiness before and after the Great Recession.** Children and Youth Services Review, v. 79, p. 368-384, ago. 2017.



ncpi@ncpi.org.br
+55 (11) 3330-2888

-  /nucleocienciapela infancia
-  /nucleocienciapela infancia
-  /company/nucleocienciapela infancia



www.ncpi.org.br

